

MEDIDAS CONTRA A CORRUPÇÃO

Roberson Pozzobon, procurador da República e integrante da força-tarefa Lava Jato do MPF no Paraná, aborda o tema em artigo exclusivo

MARIA CLARA BUGARIM

Presidente da Abracicon fala sobre carreira, família, seu pioneirismo em entidades de classe e o futuro da profissão

POLÍTICA EXTERNA

Diplomata Rubens Ricupero aponta caminhos para o Brasil aperfeiçoar sua imagem global, firmar seu protagonismo na América do Sul e atrair investimentos estrangeiros

TRANSPARÊNCIA NO SETOR PÚBLICO

Auditar programas de governo: firmas de pequeno e médio portes também podem ingressar nesse nicho

Lançamento E-book Normas IFRS 2018 (Tradução Oficial)



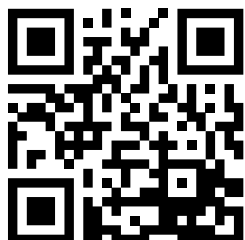
A versão em português da obra Normas IFRS 2018 é comercializada apenas no formato digital (E-book), mais rápido e prático.

Vantagens do E-book:

- ✓ Acessível em computadores e dispositivos móveis;
- ✓ Permite a busca por palavras-chave;
- ✓ Possibilita a realização de anotações;
- ✓ Integrado ao IDR – Ibracon Digital Reader, que viabiliza a leitura de outras publicações adquiridas na Loja Virtual do Ibracon e demais conteúdos.

A obra é composta por três partes (Parte A, Parte B e Parte C), traduzida para o português com autorização da IFRS Foundation com pronunciamentos oficiais emitidos em 1º de janeiro de 2018.

O E-Book Normas IFRS 2018 pode ser adquirido em: www.lojaibracon.com.br, com preços diferenciados para os associados ao Instituto.



Principais novidades da edição

- IFRS 17 – Contratos de Seguros;
- Incluídas alterações em duas Normas, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IAS 28 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture);
- Inclusão de um Guia Prático, IFRS Guia Prático 2 Exercendo Julgamento sobre Materialidade.

✓ **Venda exclusiva: www.lojaibracon.com.br**
 Acesse e conheça os valores especiais para associados ao Ibracon.
 O Ibracon é o único órgão autorizado pela IFRS, no Brasil, a editar e traduzir a publicação.



Esforço de todos pelo Brasil

O Brasil que emerge das urnas está mais disposto a enfrentar a corrupção e exigir transparência dos gestores públicos. Mas a missão de construir um país alinhado às ambições de seus cidadãos é complexa e exige muito mais do que boa vontade. Em artigo exclusivo para esta edição, Roberson Pozzobon, procurador da República e integrante da força-tarefa Lava Jato do MPF no Paraná, é categórico: “por melhor e mais bem intencionada que seja, não há no mundo uma pessoa que possa resolver sozinha o problema da corrupção no Brasil. Ele é muito complexo para ser resolvido por um salvador da pátria. Deve, ao contrário, ser enfrentado por meio de uma rede cuja trama se revela forte justamente porque é costurada na esfera do consenso entre pessoas que não partilham da mesma visão de mundo”.

De qualquer modo, a transparência e a gestão bem feita estão na ordem do dia. Em matéria sobre auditoria de programas de governo, especialistas aprofundam o assunto e apontam oportunidades para as firmas de pequeno e médio portes ingressarem nesse campo de atuação.

Bons profissionais precisam, antes de mais nada, de uma boa formação. Será que nossas faculdades estão correspondendo às expectativas de seus clientes/alunos? Descubra na reportagem intitulada “Os desafios do Ensino Superior no Brasil”.

Ainda nesta edição, Maria Clara Bugarim, atual presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon), fala do amor pela profissão, da inspiração trazida pelo pai e da busca pelo constante aperfeiçoamento, “sem o qual não teremos lugar no mercado”, conforme ela própria afirma.

E, em entrevista exclusiva, o diplomata Rubens Ricupero – que já foi Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, na Suíça e na Itália –, fala sobre os desafios globais que aguardam o novo Presidente da República e os caminhos que, em sua opinião, deveriam ser trilhados para o Brasil reaver a posição que merece no cenário internacional e, principalmente, incrementar sua pauta de negócios com outros países.

Faça uma boa leitura, e até o próximo número!



Foto: Sérgio de Paula/Thaiane de Paula

Francisco Sant’Anna
PRESIDENTE DO IBRACON

Nesta edição



Ingram Image

12

Ensino Superior

Especialistas apontam necessidade de repensar conteúdos acadêmicos para adequá-los às exigências do mercado

Medidas contra a corrupção



Roberson Pozzobon, procurador da República e integrante da força-tarefa Lava Jato do MPF no Paraná, aborda o tema em artigo exclusivo

22

Foto: Ministério Público Federal

Rubens Ricupero

“O Brasil precisa firmar seu protagonismo na América do Sul e atrair investimentos estrangeiros”



Foto: arquivo pessoal

6

Maria Clara Bugarim

Pioneira em postos-chave de diversas entidades representativas, a alagoana fala de família, carreira e do despertar profissional precoce



Foto: arquivo pessoal

16

Viagem dos vencedores

Vencedores do 7º Prêmio Transparência do Ibracon falam sobre a experiência de participar, em Londres, de eventos como o World Standard-setters Meeting e o International Forum of Accounting Standards Setters



Foto: arquivo Ibracon

28

Auditoria para jornalistas

Voltado aos profissionais de imprensa que queiram compreender melhor a atividade do auditor, evento ganhou transmissão via *web* e passou a ser ministrado em módulos



Foto: arquivo Ibracon

32

Transparência no governo

Programas governamentais terão cada vez mais necessidade de auditoria independente – e as firmas de pequeno e médio portes poderão se beneficiar com oportunidades



Ingram Image

38



Foto: arquivo pessoal

Errata

O nome da Subsecretária de Contabilidade Pública da STN, Gildenora Milhomem, foi grafado incorretamente na capa da edição 31 da revista *Transparência*



“Por uma política externa eficiente e pragmática”

Em entrevista exclusiva, o diplomata, ex-Embaixador e ex-Ministro Rubens Ricupero indica caminhos para o Brasil aperfeiçoar sua imagem global, firmar seu protagonismo na América do Sul e atrair investimentos estrangeiros

Objetiva, universalista e não-ideológica: estas são as características ideais de uma política externa que priorize os interesses do Brasil. Pelo menos, essa é a visão defendida pelo diplomata de carreira e historiador da diplomacia brasileira Rubens Ricupero, 81 anos, ex-Ministro do Meio Ambiente, ex-Ministro da Fazenda do Brasil, ex-assessor internacional do presidente eleito Tancredo Neves (1984-1985) e ex-assessor especial do presidente José Sarney (1985-1987).


Ricupero, que já foi Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, na Suíça e na Itália, ocupa atualmente o cargo de diretor da Faculdade de Economia da Fundação Armando Álvares Penteado (Faap), além de presidir o Instituto Fernand Braudel, onde promove debates e lança publicações sobre problemas institucionais diversos, tais como educação, segurança, política energética, desenvolvimento econômico e relações exteriores. Nesta entrevista, ele fala sobre os desafios globais que aguardam o novo Presidente da República e os caminhos que, em sua opinião, deveriam ser trilhados.

RT – O senhor considera que a política externa brasileira tem sido subjugada por preferências ideológicas?

RR – Não totalmente. É fato que, de 2002 a 2014, o Brasil direcionou investimentos a países como Cuba e Venezuela porque havia uma afinidade ideológica por parte dos governos de turno. Mas não é saudável generalizar. Em algumas questões, como a busca de um lugar para o Brasil no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), acredito que o País manteve a mesma linha que sempre o caracterizou.

RT – Em sua opinião, quais devem ser as diretrizes de uma boa política externa brasileira?

RR – Ela deve ser objetiva e buscar o universalismo das relações. Não devemos ser hostis a um país porque, por exemplo, o regime político com o qual é governado não nos agrada. Essa política seletiva, ideológica, fez algum sentido quando estávamos no contexto da Guerra Fria. Hoje, no entanto, devemos estabelecer um bom relacionamento com todos, lembrando sempre que os



**NÃO DEVEMOS
SER HOSTIS A UM
PAÍS PORQUE, POR
EXEMPLO, O REGIME
POLÍTICO COM O QUAL É
GOVERNADO NÃO NOS
AGRADA. ESSA POLÍTICA
SELETIVA, IDEOLÓGICA,
FEZ ALGUM SENTIDO
QUANDO ESTÁVAMOS
NO CONTEXTO DA
GUERRA FRIA**

interesses concretos do Brasil devem ser colocados em primeiro lugar. Em relações internacionais, devemos nos pautar por questões como a abertura de mercados, o aprofundamento de acordos comerciais, a realização de intercâmbios e a possibilidade de atrair investimentos e tecnologia avançada.

RT – Qual deveria ser, idealmente, a linha de atuação em política externa adotada de agora em diante? (no período em que a entrevista foi realizada, o presidente eleito, Jair Bolsonaro, não havia definido ainda qual seria seu Ministro de Relações Exteriores).

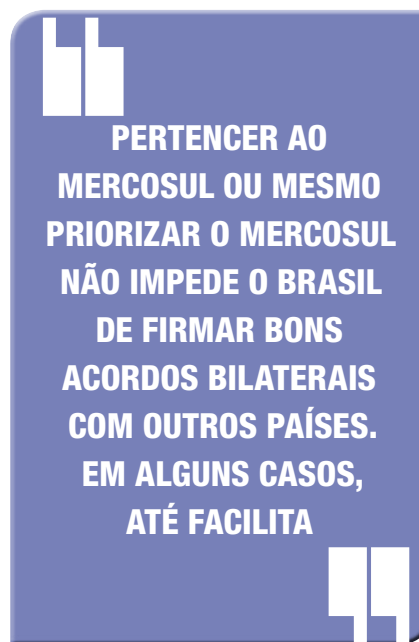
RR – Se de fato ocorrer a troca de localização da Embaixada brasileira em Israel, esta será uma decisão ideológica do novo governo. Pode ser que o novo presidente queira enfatizar sua simpatia por Israel ou mesmo sinalizar o desejo de se alinhar aos Estados Unidos. Além de não nos trazer um resultado prático, essa decisão implica a tomada de partido em um conflito que envolve parceiros comerciais importantes e que, do ponto de vista histórico e cultural, não nos diz respeito. As críticas feitas à China também foram inadequadas (em mais de uma ocasião, Bolsonaro referiu-se à China, que atualmente é o principal parceiro comercial do Brasil, como “ávida por se aposar de importantes setores da economia brasileira”, o que acendeu um sinal de alerta no gigante asiático). Não por acaso, na primeira semana de novembro, o jornal *China Daily*, espécie de imprensa oficial do governo chinês, veiculou um editorial no qual insinuava que o Brasil poderia arcar com graves consequências caso mudasse sua linha de atuação em relação a Pequim.

RT – Como o sr. avalia a presença do Brasil em organismos como o Mercosul? O sr. recomenda que priorizemos esse tipo de acordo, ou que prefiramos uma atuação mais independente, pautada por acordos bilaterais, por exemplo?

RR – Antes de mais nada, ressalto que pertencer ao Mercosul ou mesmo priorizar o Mercosul, não impede o Brasil de firmar bons acordos bilaterais com outros países. Em alguns casos, até facilita. Veja o caso da União Europeia: os países que integram o bloco querem firmar parcerias com o Mercosul, e não com o Brasil em particular. Além disso para os exportadores brasileiros, trata-se de uma

área estratégica, fundamental. É para o Mercosul que o Brasil mais exporta manufaturados. Setenta por cento de todos os automóveis que exportamos destinam-se à Argentina. Nossa indústria automobilística não é competitiva o bastante para ser um *player* global relevante e se hoje vendemos automóveis para Argentina, Uruguai, Paraguai, devemos isso aos acordos firmados com o Mercosul. Aliás, no dia 19 de outubro, foram concluídas, em Santiago, capi-

tal chilena, as negociações para o Acordo de Livre Comércio Brasil-Chile, que deverá servir de parâmetro para futuras negociações do Mercosul com o Canadá e com a Aliança do Pacífico, por exemplo (o Mercosul é composto por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai e tem como estados associados Chile, Peru, Colômbia, Equador, Guiana e Suriname; a Aliança do Pacífico reúne Chile, Colômbia, México e Peru). O Chile é o segundo principal parceiro comercial do Brasil na América do Sul. Em 2017, o intercâmbio comercial bilateral alcançou US\$ 8,5 bilhões.



**PERTENCER AO
MERCOSUL OU MESMO
PRIORIZAR O MERCOSUL
NÃO IMPEDE O BRASIL
DE FIRMAR BONS
ACORDOS BILATERAIS
COM OUTROS PAÍSES.
EM ALGUNS CASOS,
ATÉ FACILITA**



Foto: arquivo pessoal

RT – O que constará no novo Acordo?

RR – Ao todo, serão firmados termos referentes a 17 temas de natureza não tarifária, como comércio de serviços; comércio eletrônico; telecomunicações; medidas sanitárias e fitossanitárias; obstáculos técnicos ao comércio; facilitação de comércio; propriedade intelectual e micro, pequenas e médias empresas. O Acordo deverá, também, incorporar os termos de outros tratados firmados recentemente pelos dois países, como os protocolos de compras públicas e de investimentos em instituições financeiras. A ideia é reunir todo o marco não tarifário que regula as relações do Brasil com o Chile nesse instrumento único. Ambos os países se comprometeram a eliminar a cobrança de *roaming* (serviço que permite ligações em regiões fora de cobertura da operadora) internacional para dados e telefonia móvel. Cumpre lembrar também que vizinho é vizinho – a gente não escolhe. E relacionar-se bem com os países do entorno é sempre aconselhável, necessário.

RT – A turbulência que marcou a política interna brasileira nos últimos anos impactou a nossa imagem global?

RR – Sim, sem dúvida. Além de crises políticas e denúncias de corrupção, ingressamos em um período de retração econômica, com recessão, desemprego e aprofundamento das fissuras sociais. Tudo isso prejudica nossa imagem perante o mundo.

RT – Como podemos atuar para recuperar nosso posto de país promissor, merecedor da confiança dos investidores internacionais?

RR – A melhoria da imagem do Brasil no exterior dependerá, primeiro, de ter uma política e uma economia que sejam captadas de maneira positiva. Precisamos de uma democracia que funcione bem, com instituições sólidas; de programas sociais que reduzam a pobreza e a desigualdade. Assim, será fundamental que o novo governo tenha êxito em retomar o crescimento econômico e, também, em aliar essa política de prosperidade a uma visão de justiça e melhoria na distribuição de

renda. Sem dizer que há outros componentes, hoje, mais sutis e nem por isso menos relevantes, que podem prejudicar ou enaltecer a imagem de um país.

RT – Que fatores seriam estes?

RR – Atualmente, boa parte da imagem de qualquer país depende de temas como o respeito aos direitos humanos, ao meio ambiente e à diversidade. O fato é que o Brasil não está bem em nenhum desses quesitos. Temos mais de 60 mil homicídios ao ano e frequentes violações dos direitos humanos. Em termos de meio ambiente, estamos falhando na preservação de nossos biomas. E a promoção da igualdade de gênero, bem como o respeito e a tolerância à diversidade, não têm sido abordados com o cuidado necessário. O presidente eleito em outubro é conhecido mundialmente por suas falas polêmicas em relação justamente a estas questões. Será fundamental que ele se cerque de assessores e especialistas aptos a ajudá-lo a reconstruir essa imagem, mostrando que, não obstante as falas de campanha, ele e sua equipe não serão insensíveis a questões tão fundamentais.

RT – O Brasil tem inegável protagonismo no cenário latino-americano. Em sua opinião, qual seria o nosso papel diante de tragédias humanitárias, como a que atualmente assistimos na vizinha Venezuela? (para fugir da inflação, escassez de alimentos e desemprego, milhares de venezuelanos atravessam diariamente as fronteiras para outros países da América Latina. A Organização das Nações

Unidas estima que mais de dois milhões de venezuelanos já saíram do país. No Brasil, a cidade de Pacaraima, em Roraima, chegou a receber 800 refugiados por dia. Em 18 de agosto de 2018, um conflito entre moradores e imigrantes resultou na expulsão de pelo menos 1,2 mil pessoas que foram literalmente enxotadas para o outro lado da fronteira sob ataques de paus e pedras; a revolta dos locais surgiu após um comerciante brasileiro

ser assaltado e agredido por venezuelanos).

RR – Atribuo essas crises ao fato de estarmos despreparados para receber os refugiados. Depois que o Governo Federal organizou um apoio sistemático e passou a controlar melhor a situação, não ocorreram novos incidentes (pelo menos, não até o fechamento desta edição). Sou favorável a acolhermos esses refugiados. Estamos mais experientes para lidar com essa situação e podemos contar com o apoio da ONU. Em minha opinião, a prioridade de-

veria ser a de não deixar que fiquem em acampamentos perto da fronteira. O ideal é que sejam encaminhados a outros destinos o quanto antes. E, sem desmerecer a situação vivida pelos moradores de Pacaraima, o fato é que estamos longe de ser o país que mais recebe refugiados venezuelanos. A maioria vai para a Colômbia, pois lá, sim, a fronteira é próxima a áreas bastante povoadas da Venezuela. Nós, não. Nossas fronteiras são, principalmente, áreas de floresta, com povoados menos densos. De qualquer forma, é claro que o ideal seria o Brasil oferecer ajuda sem necessariamente tornar-se destino de refugiados.

ATUALMENTE, BOA PARTE DA IMAGEM DE QUALQUER PAÍS DEPENDE DE TEMAS COMO O RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS, AO MEIO AMBIENTE E À DIVERSIDADE. O FATO É QUE O BRASIL NÃO ESTÁ BEM EM NENHUM DESSES QUESITOS

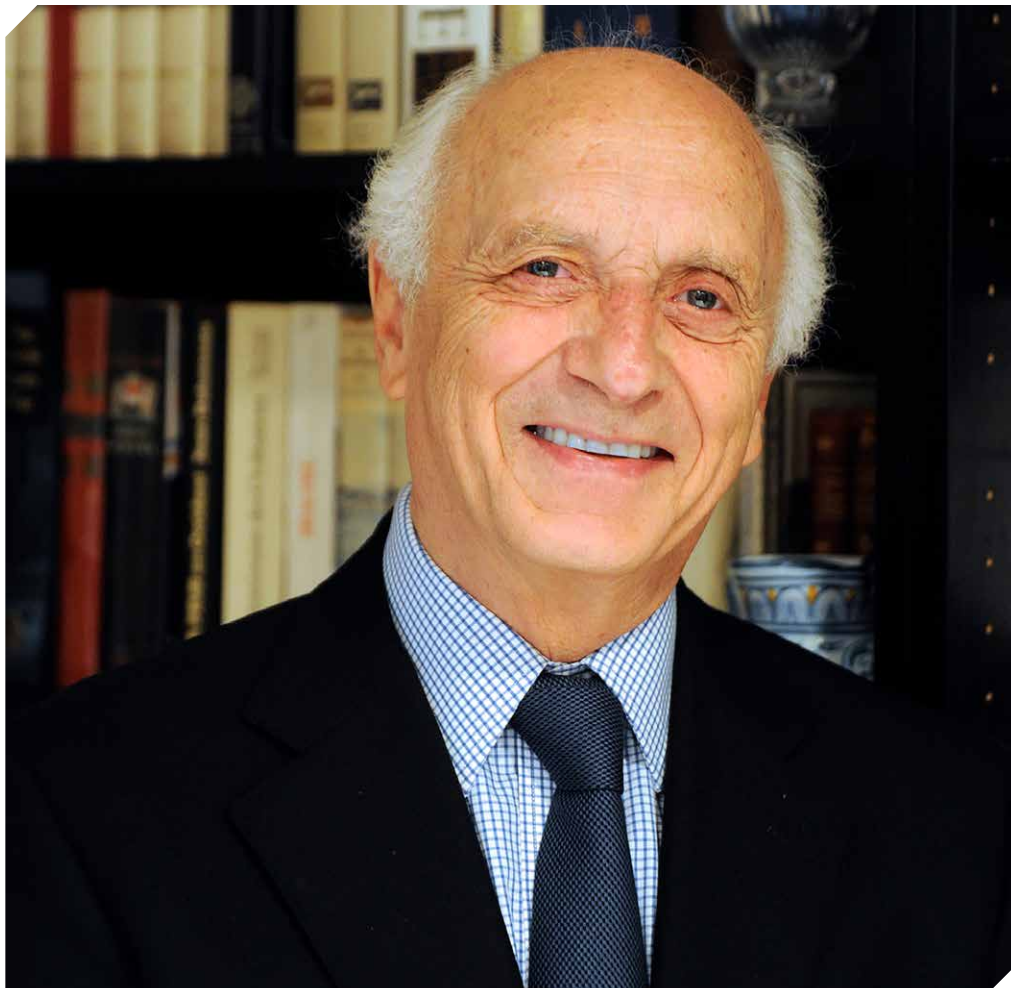


Foto: arquivo pessoal

RT – De que maneira isso poderia ser feito?

RR – O atual governo ofereceu alimentos, medicamentos, ajuda humanitária para o governo da Venezuela. Infelizmente, esse apoio foi recusado, porque o Presidente Nicolás Maduro não quer passar recibo de que o seu país enfrenta, de fato, uma crise humanitária. De qualquer forma, essa deve ser a postura adotada pelo Brasil: acolher os refugiados e dar algum apoio para os habitantes que permanecem naquele país, antes que eles também decidam atravessar fronteiras.

RT – Se o senhor tivesse que dar uma “receita de sucesso” para a nova política externa brasileira, qual seria?

RR – A primeira condição é que se escolha um ministro de Relações Exteriores

competente, com experiência e que tenha uma compreensão grande da situação mundial, que conheça as necessidades e peculiaridades dos diversos países. Também é preciso coragem para rever posturas e reconsiderar ideias equivocadas. Quando o Presidente Tancredo Neves (1910-1985) era aspirante a candidato, ainda em 1984, fui seu assessor em assuntos internacionais e o acompanhei em viagens pelo mundo. Seu objetivo era projetar uma imagem positiva do Brasil no exterior, mostrar que caminhávamos para uma nova era. Algo assim deveria estar sendo feito. Mas há tempo: o Brasil tem tudo para dar certo e eu espero realmente que, nos próximos anos, possamos estar no patamar que merecemos. ✓



Os desafios do ensino superior no Brasil

“Cada vez mais distantes das reais necessidades do mercado, os conteúdos acadêmicos precisam ser repensados”, alertam especialistas

No último levantamento sobre educação realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) – *ranking* que avalia a média de tempo que os alunos passam na escola –, o percentual da população inserido no ensino superior e as notas obtidas em outros estudos, como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, na sigla em inglês), o Brasil figura na penúltima posição dentre 36 países analisados. Apenas o México obteve avaliação inferior à

nossa, pois, naquele país, a porcentagem de adolescentes e jovens adultos cursando faculdade é menor do que no Brasil.

Ainda de acordo com a OCDE, se o Brasil oferecesse educação de melhor qualidade, nosso Produto Interno Bruto (PIB) poderia ser até sete vezes maior, pois a baixa qualificação dos nossos profissionais afeta a competitividade global do País. “Temos um enorme potencial, mas as nossas opções estratégicas no desenvolvimento de políticas públicas, dentre elas, a educação, nos deixa na posição de eterna colônia. O café e o minério de ferro são exemplos deste fato, pois exportamos o café e o importamos em cápsulas; exportamos o minério e importamos o aço”, explica João Guilherme Porto, diretor da Faculdade Arnaldo, uma das principais instituições de ensino superior de Belo Horizonte (MG).

Especialista no tema, Marcos Boscolo, sócio de firma de auditoria – onde é responsável pelo atendimento ao setor de educação –, afirma, com base em um estudo recente da instituição na qual trabalha, que existem dois aspectos principais travancando nosso progresso nessa área: “O primeiro *gap* reside na má qualidade do ensino básico. Assim, mesmo que tenha passado no vestibular, o aluno chega à faculdade precisando suprir as lacunas deixadas

pelos ensinamentos fundamental e médio. Ou seja, em vez de estudar para se qualificar, ele acaba perdendo tempo com a reposição dos conteúdos faltantes. Em resumo: como as faculdades precisam gastar tempo com o básico, o tempo de qualificação fica reduzido”, assinala Boscolo.

O segundo aspecto destacado por ele é uma espécie de distanciamento entre o conteúdo oferecido pelos cursos e as reais necessidades do mercado. “A falta de sinergia entre universidades e empresas faz com que a pessoa dependa dos colegas e de treinamentos corporativos para efetivamente aprender a profissão”, diz Boscolo. “Muitos buscam pós-graduação para incrementar o currículo, mas essas especializações não os tornam necessariamente mais hábeis para o mercado”, ele ressalta.



Marcos Boscolo: “A universidade precisa se alinhar ao mercado”

“O Ensino Superior brasileiro é o exato reflexo da dramática base formativa do aluno que chega até ele. Os investimentos realizados nos últimos anos se mostraram insuficientes para a construção de instituições capazes de iluminar o caminho para a sociedade que as sustentam, de modo

sequer razoável. A estrutura pensada para as instituições públicas de ensino superior é o que poderíamos denominar de ‘entrópica’. Ou seja: elas passam mais tempo a consumir energia para se manter em operação do que a fornecer, como contrapartida pensada para a sua existência, efetivo aperfeiçoamento na vida das pessoas comuns, coagidas a bancá-las por força de imposição estatal”, disserta Dennys Xavier, professor associado de Filosofia Antiga, Política e Ética da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

“Estudos recentes indicam que um aluno de universidade federal custa aos cofres públicos algo em torno de R\$ 2.500 ao mês. Na prática, que retorno temos obtido com tal investimento? Não me parece que possamos mais falar em falta de investimento para justificar o nosso fracasso. É chegada a hora de assumirmos a evidente insuficiência das práticas de gestão pouco pragmáticas. Sem um rigoroso choque administrativo, continuaremos a navegar nos mares da mediocridade”, avalia.

A NECESSIDADE DO CAPITAL PRIVADO PARA A MELHORIA DO SETOR

“A partir de algumas mudanças estratégicas propostas no início da década de 1990, o Estado permitiu a ampliação da oferta educacional superior por agentes privados, assumindo, dessa forma um papel mais de fiscal do que de fomentador. Havendo uma grande demanda reprimida por cursos superiores, ficou claro que oferecer serviços educacionais a um público volumoso e carente de preparo profissional para se adaptar aos tempos modernos e às demandas existentes no mercado de trabalho seria um nicho bastante promissor”,



Dennys Xavier: “Ideologia fora da sala de aula”

constata Porto. “Como consequência direta, ocorreu uma verdadeira explosão de cursos e instituições voltadas para esse mercado. Desse modo, as instituições de Ensino Superior acabaram por crescer de forma desordenada nas duas décadas passadas, aumentando a concorrência e criando uma série de efeitos inesperados, alguns positivos, outros nem tanto”, acrescenta o especialista.

Boscolo e Xavier apontam a formação deficiente dos professores brasileiros como um dos gargalos que precisam ser enfrentados. “A formação média do docente brasileiro é muito ruim”, diz Xavier. “E não poderia ser diferente: ele é o resultado, por excelência, do processo educacional que o levou até ali. Se o salário do professor não dá a ele chance de comprar um livro importante para a sua formação, para ir a uma peça de teatro ou ter acesso doméstico à tecnologia, como cobrar dele uma ação transformadora?”, questiona.

Porto sugere alguns caminhos que podem ajudar a reverter o atual quadro da educação brasileira: “devemos incentivar o uso de metodologias ativas, que transformem professores e alunos

Foto: divulgação

Foto: divulgação

em construtores e não meros repetidores. Também é urgente criar meios de dar à sociedade algum tipo de retorno pelos investimentos feitos na formação desses jovens, que muitas vezes saem da faculdade e sequer vão trabalhar na área em que se formaram”, destaca o professor.

Já Xavier defende o estabelecimento de um currículo mínimo enxuto, nacional, objetivo, que garanta educação científica e humanística basilar para todos os brasileiros. “E sem qualquer viés ideológico”, ele enfatiza. “Sou favorável a garantir máxima liberdade às instituições de ensino, desde que resguardado arcabouço razoável e restrito de percurso nacionalmente estipulado”, ele adiciona. “Também vejo com bons olhos a implantação de políticas de incentivo. Assim, eu premiaria com bolsas, licenças de pesquisa e ações de reconhecimento institucional pessoas e iniciativas vencedoras, que se tornem multiplicadoras de processos de sucesso e, mais do que isso, exemplos a serem seguidos”, sugere.

O estudo da OCDE, mencionado no início da matéria, bem como outros levantamentos feitos acerca dessa questão revelam que, apesar do advento do ensino a distância, que proporcionou acesso à educação superior em todo o Brasil – e a um custo menor – e de programas de governo, como o FIES e o PROUNI, o ensino superior no Brasil ainda não conseguiu trazer, para as universidades, um grande número de jovens e adultos que terminaram o ensino médio.

“As pessoas têm uma necessidade iminente de gerar recursos e formas de sobrevivência. É preciso criar meios para que o cidadão consiga entrar em um curso superior e custeá-lo sem que isso comprometa demais seu



Foto: divulgação

João Guilherme Porto: “temos potencial, mas erramos na estratégia”

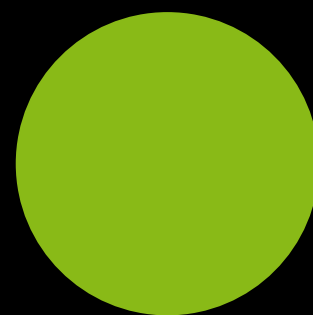
orçamento, sua qualidade de vida”, diz Porto. “É essencial criar uma relação de maior proximidade entre empregadores e o setor educacional, para que tanto os empregadores quanto os estudantes reconheçam a importância, o valor, de uma formação adequada”, ele comenta. “O mundo muda em uma velocidade enorme e a forma de educar se transforma em uma velocidade muito lenta. Precisamos superar essa lacuna. Não é possível que as instituições de ensino discutam a necessidade de proibir o uso de celular em sala de aula; temos é que usar as tecnologias para deixar a educação mais atraente e conectada ao mundo atual. A educação tem que ser mais atraente do que as milhares de situações que podem nos distrair dela”, conclui.

O PAPEL DAS EMPRESAS

“Você pode muito bem escolher a carreira que ama, mas não espere que alguém seja obrigado a pagar por isso. O mercado tem vida própria e, nele, prosperam os mais bem adaptados”, afirma Xavier. “Quando fui fazer minha faculdade de Filosofia, sabia que não ficaria rico com isso. Duvido que

alguém se disponha a abrir um escritório de consultorias filosóficas na esperança de ganhar dinheiro: não é algo que o mercado demande. As pessoas devem ser livres para escolher os seus caminhos. Se querem empreender, que busquem formação na área, conhecimentos que deem as ferramentas para que prosperem, ganhem e grem riqueza. Sempre falo isso para os meus alunos”, explica Xavier. “O que não se pode esperar é que o mercado seja ‘obrigado’ a absorver mão de obra que não lhe interessa. Por isso sou favorável ao uso de dinheiro privado em instituições públicas de ensino. Uma parte deste dinheiro pode alimentar aqueles cursos e seus alunos, sem penalizar a já combatida receita estatal”, ele analisa.

Boscolo, por sua vez, comenta como as empresas estão driblando a formação deficiente de seus colaboradores. “Hoje, escritórios de advocacia e firmas de auditoria investem pesado no treinamento dos colaboradores. O tempo médio desses treinamentos é de seis semanas, *full time*. Mas claro que esse tipo de investimento cabe nos orçamentos das grandes firmas, podendo estar fora de alcance para as menores. Uma firma de auditoria de pequeno ou médio porte, por exemplo, tem no Programa de Educação Continuada – uma exigência do Conselho Federal de Contabilidade – um grande aliado: afinal, essa aprendizagem complementar é algo que deve ser respeitada por todos e acaba se transformando em um instrumento valioso de capacitação. Cumpre lembrar que são 40 horas de treinamento anual obrigatório, que ajudará a superar os *gaps* e melhorar as condições de atuação desses profissionais”, ele finaliza. ✓



Problemas únicos exigem soluções exclusivas.

Sua empresa não é como as outras, muito menos os seus desafios. A Deloitte identifica as suas reais necessidades e cria respostas sob medida para os negócios.

[Deloitte.com/MakeYourImpact](https://www.deloitte.com/MakeYourImpact)

Deloitte.



Aprender sempre, limitar-se jamais

Nascida em maio de 1963, Maria Clara Bugarim foi precoce e pioneira em tudo o que fez: desde a iniciação profissional, com apenas 14 anos, auxiliando o pai contador, até figurar como primeira mulher a presidir algumas das principais entidades de classe ligadas à profissão

Maria Clara Bugarim, presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon) com o marido, José Martonio Alves Coelho

Filha de contador, Maria Clara Bugarim, atual presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon), começou a aprender o ofício aos 14 anos de idade. “Naquele tempo, eu auxiliava meu pai, que trabalhava com contabilidade governamental”, relembra. “Foi ele o meu principal incentivador. Por meio de seu exemplo, desde a infância, sempre tive a certeza de que gostaria de ser contadora”.

Mas ela não foi a única da família a seguir os passos do pai, o sr. Clarício, casado com a dona de casa Irene e pai de quatro filhos – além de Maria Clara, Virgínia, Maurício e Orlando. “Minha irmã é contadora”, diz. “E eu estou casada há 20 anos com o também contador José Martonio Alves Coelho. Dividimos o amor pela profissão”, orgulha-se. Dos três filhos do casal, pelo menos dois trilham caminhos parecidos com o dos pais: Matheus, que é analista de sistemas, e Thiago Enrique, advogado, atualmente cursam Ciências Contábeis; somente um, Felipe Raphael, optou por uma carreira bem diferente: ele é médico.

SERVIÇO PÚBLICO

Nascida e criada em maio de 1963 em União dos Palmares, interior do Estado de Alagoas, Maria Clara Bugarim conseguiu seu primeiro emprego como contadora no Instituto de Previdência daquele Estado. Um início promissor, mas nem por isso livre de obstáculos. “Eu era mulher e muito jovem: tinha apenas 18 anos de idade e estava me inserindo em um universo predominantemente masculino”, afirma. “Porém, sempre tive certeza de que, com trabalho e dedicação, vamos vencendo quaisquer barreiras. E foi isso o que eu fiz: trabalhei com afinco, sempre me dediquei muito”.

A primeira vitória marcante em sua carreira deu-se lá mesmo, no instituto alagoano: “fui a única funcionária a participar da Diretoria do Instituto”, conta. “Este foi um desafio

muito grande, porque significou deixar de ser um funcionário para atuar na Direção”, explica. “Tudo isso envolve uma expectativa muito grande, não somente por parte das pessoas que estão à sua volta, mas tem a ver com a sua própria expectativa, no sentido de poder dar o máximo e fazer a diferença”, observa.

Outro ponto alto na trajetória da profissional foi assumir o cargo de auditora-geral do Estado de Alagoas com apenas 27 anos de idade. “Mais uma vez, um desafio que seria grande por tudo o que ele envolve ganhou dimensão ainda maior por causa da minha idade”, comenta a presidente do Abracicon. “Para mim, esse foi um divisor de águas. Precisei me superar como nunca. Mas valeu a pena: essas situações foram importantíssimas para a consolidação da minha carreira profissional”, constata.

APROXIMAÇÃO COM O CRCAL

Maria Clara conta que já atuava como Auditora-geral do Estado de Alagoas quando o órgão começou a firmar parcerias com o Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas (CRCAL). “Tínhamos o intuito de tentar, realmente, contribuir para o fortalecimento da profissão. Ao me aproximar do CRCAL, comecei a entender que precisava sair da posição confortável típica e tentar contribuir de uma forma mais efetiva para a Contabilidade”, recorda. “Passei a me dedicar mais ao Conselho Regional e tive a oportunidade de presidi-lo por duas gestões consecutivas, sendo a primeira mulher a exercer esse cargo. A partir dessa atuação, dei continuidade à trajetória classista, chegando a presidir também a Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC). Após o período à frente da FBC, assumi o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), igualmente por duas gestões”, relata.

Ser a primeira mulher a ter ocupado os cargos de maior relevância em tantas



Foto: divulgação

Maria Clara Bugarim durante cerimônia na Abracicon

entidades representativas foi, na avaliação de Maria Clara, “gratificante sob diversos aspectos e uma quebra de paradigmas”. Na posição atual – presidente da Abracicon – ela constata que “avançar mais um passo sempre está nos planos de quem começa a galgar degraus mais elevados”. E acrescenta: “a partir do momento em que você se dedica e se envolve nessas entidades, há a necessidade de galgar voos ainda mais altos em busca do desenvolvimento e da valorização da nossa profissão. Exemplo disso é a internacionalização da profissão contábil, que hoje é uma realidade. Em minha gestão no CFC tive o privilégio de criar o Comitê Gestor da Convergência no Brasil, iniciativa que abraçamos com muita dedicação e com o objetivo de fortalecer, efetivamente, as nossas normas, e de estreitar os laços com as entidades internacionais, como a International Federation of Accountants (IFAC), a Associação Interamericana de

Contabilidade (AIC) e todas as outras. Aliás, atualmente, estou vivendo um momento muito importante na minha vida profissional, ocupando a primeira Vice-presidência da AIC”.

O FUTURO DA PROFISSÃO

Maria Clara Bugarim enxerga como “promissor” o momento vivido pela Auditoria Independente no Brasil, e afirma acreditar que, a cada crise que acontece no País o ganho institucional acabe compensando largamente os desgastes sofridos. Ela explica: “a corrupção impera. Trata-se de um mal crônico na sociedade brasileira. Porém, quando esses problemas vêm à tona e a população ocupa as ruas, clamando e exigindo por mais transparência e ética, fico otimista em relação às perspectivas do País como um todo, e da profissão de auditor especificamente. Afinal, o auditor é fundamental à garantia de boas práticas e transparência”.

Ela prossegue, ressaltando que “não existe economia pujante e forte, nem informações que possam ser cada vez mais bem evidenciadas sem o trabalho executado pelos contadores”; e pontua, categórica: “a Auditoria se fortalece justamente para poder garantir a transparência e a fidedignidade das informações”.

É por isso, segundo Maria Clara, “a perspectiva é que ela – a Auditoria independente – seja cada vez mais fortalecida e ampliada para todos os segmentos. Acredito que seu papel seja vital para o fortalecimento do mercado e a segurança dos investidores, e por isso ela deve ser cada vez mais demandada”. Nesse contexto, a profissional salienta que “o conhecimento multidisciplinar e a educação continuada configuram-se como uma necessidade vital, que precisa ser exigida. Para isso, temos lutado para que toda a classe mantenha-se atualizada, com seus conhecimentos aprimorados. Essa bandeira é levantada para todos os profissionais, sejam contadores ou auditores que atuam nas empresas de capital aberto. Acho que o aprendizado tem que ser permanente para a classe como um todo”.

A contadora aponta que a aprendizagem de novas línguas é “crucial” para o sucesso do auditor independente. “Atualmente, ninguém consegue sobreviver sem o domínio de outros idiomas, principalmente porque lidamos com as normas internacionais de contabilidade”, constata. “A atualização deve ser uma constante. Na nossa profissão, não é possível parar de estudar, sob hipótese alguma. Senão, você fica obsoleto e acaba fora do mercado”, alerta.

E ela sabe o que diz: é graduada em Ciências Contábeis, Administração de Empresas e em Direito, além de especialista em Administração de Recursos Humanos e em Auditoria. É doutora em Engenharia e Gestão

do Conhecimento, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e em Contabilidade, pela Universidade do Aveiro/Minho, em Portugal, além de mestre em Contabilidade e Controladoria pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP). Também recebeu, ao longo da carreira, diversos títulos de cidadania e medalhas, destacando-se por ser a primeira mulher a receber a mais alta



Foto: divulgação

e importante comenda da Ciência Contábil brasileira: a medalha do Mérito Contábil João Lyra, outorgada no 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade. “O conhecimento será a mais importante fonte de riqueza para a sociedade deste milênio e, conseqüentemente, para a nossa profissão”, conclui.

MOTIVAÇÃO E PERSEVERANÇA

Aos egressos das faculdades de Ciências Contábeis, Maria Clara Bugarim faz questão de deixar uma mensagem: “você fizeram a escolha certa e têm todos os motivos do mundo para se orgulharem da profissão que abraçaram. Se nós amamos aquilo que fazemos, é natural que nos dediquemos mais e trabalhemos melhor, com afinco e carinho. Isso já é meio caminho andado para tornar-se um profissional de sucesso”, declara. “Por outro lado, capacitem-se e especializem-se na sua área de atuação. Uma profissão forte se faz com profissionais competentes e preparados para enfrentar o mercado de trabalho. Com certeza, a atuação contábil é uma das mais promissoras que existem”, incentiva.

A presidente da Abracicon faz questão de enfatizar que “a saúde das empresas passa pelas mãos dos contadores. Temos o compromisso e a missão de executar nossas atribuições de maneira ética e transparente, e de conduzir nossas ações comprometidos com a busca da verdade, da transparência e da justiça social. Nosso papel, enquanto guardiões do patrimônio, será sempre motivo de grande orgulho”.

Maria Clara destaca que as entidades profissionais têm papel importante a desempenhar na formação global dos nossos contadores: “estamos trabalhando juntamente com os corpos docentes e as instituições de Ensino Superior, para oferecer uma formação robusta, de qualidade”, completa a contadora.

PLANOS PARA O FUTURO?

Realizada pessoal e profissionalmente, Maria Clara diz que não há muito mais a buscar – sua prioridade é ter energia para continuar fazendo as coisas que ama, o que inclui sua atuação nas entidades profissionais. “Peço muito a Deus para continuar gozando de saúde para permanecer na minha atuação tanto profissional quanto classista”, diz.

Mas, claro, também existem outras fronteiras a serem transpostas. E ela dá uma pista: “estou muito dedicada a chegar a presidir a AIC”, admite. “Acho que essa vai ser uma experiência desafiadora, que me permitirá agregar e contribuir com a nossa região”.

Apaixonada por viagens, Maria Clara pretende visitar várias partes do mundo, a lazer. “Quero ir a lugares que não conheço. Primeiro, porque gosto de pessoas, do contato com novas formas de viver, outros hábitos e culturas”, diz. “E, em segundo lugar, porque amo aprender. E nada nos ensina tanto quanto as nossas andanças pelo mundo”, finaliza, com bom humor. ✓



Foto: divulgação

Conecte-se com a empresa brasileira de Auditoria Independente
que está presente em 500 escritórios em 82 países.

FAÇA SUA ESCOLHA.



28^{anos}



Lopes, Machado
Auditors, Tax, Consultants & Business Advisers

Independent Member of

B K R
International



55 21 2156-5800

SEDE: Av. Graça Aranha, 416 - 11º andar - Centro | Rio de Janeiro - RJ

São Paulo - SP | Belo Horizonte - MG | Recife - PE | Vitória - ES

novosnegocios@bkr-lopesmachado.com.br | www.lopesmachado.com

Siga-nos:





MEDIDAS DE COMBATE À CORRUPÇÃO:

importância e urgência



No dia 14 de novembro de 2014, presidentes, sócios e altos executivos das empreiteiras Camargo Corrêa, OAS, Queiroz Galvão, Galvão Engenharia, Mendes Júnior e UTC foram acordados às seis horas da manhã. O faturamento dessas empresas, em boa parte oriundo de grandes contratos públicos de construção civil no Brasil, havia somado, em 2013, mais de R\$ 20 bilhões.

Estava em curso a sétima fase da Operação Lava Jato e os empresários, depois de muitos anos experimentando um Brasil fraco perante à corrupção dos poderosos, estavam atônitos com a Polícia Federal realizando buscas e apreensões em suas residências. Nem imaginavam que, em algumas horas, se encontrariam com operadores financeiros e com o ex-diretor de Serviços da Petrobras, Renato Duque, na carceragem da Superintendência da Polícia Federal, em Curitiba.

A surpresa era tanta entre os ilustres investigados que o próprio Renato Duque, ao tomar conhecimento de que seria preso, ligou para o seu advogado e reclamou: “o que é isso, cara? Que país é esse?”.

Alguns dias depois, em 21 de dezembro de 2014, a então presidente da República Dilma Rousseff concedeu uma entrevista no Chile, após ter sido agraciada pelo Grupo de Diários América com o prêmio “Personagem Latino-americana de 2014”. Na oportunidade, Dilma foi indagada se o escândalo

na Petrobras poderia afetar a estabilidade política necessária para o seu segundo mandato. Sua resposta foi categórica: “O Brasil não vive crise de corrupção”. Mal sabia ela que sequer terminaria seu segundo mandato, afastada da Presidência do Brasil em um processo de *impeachment*.

Embora a Lava Jato já demonstrasse o contrário, Dilma negou, no fim de 2014, que o Brasil estivesse no meio (e ainda está) de uma gravíssima crise de corrupção. Talvez tenha se espelhado na fala do ex-presidente Lula, seu antecessor, que em 2005, no auge do escândalo do Mensalão, disse não saber nada do esquema.

Elucubrações à parte, o fato é que, entre as negativas do ex-presidente e da ex-presidente, a corrupção no Brasil continuou a pleno vapor. Em 2014, a Lava Jato revelou que os maiores contratos da estatal petrolífera estavam muito comprometidos por uma série de irregularidades. Funcionava assim: grandes empreiteiras, associadas em cartel, pagavam propinas multimilionárias para diretores e gerentes da Petrobras, os quais, em contrapartida, não apenas as favoreciam no âmbito da estatal, como também zelavam para que agentes e partidos políticos que os tinham colocado no poder também recebessem seus vultosos quinhões.

Em 2015, a Lava Jato revelou que o esquema ilícito transcendia a Petrobras e também atingia a Eletronuclear, Eletrobrás, Caixa Econômica Federal e Ministério do Planejamento. Logo em seguida, a operação descobriu também que na maior empreiteira do país, a Odebrecht, funcionava um departamento cujas atribuições não são estudadas nas faculdades de Administração, Contabilidade e Economia: o chamado “departamento de operações estruturadas”, verdadeira “divisão de propinas”.

Entretanto, mesmo com a clareza e robustez das provas apresentadas, o grupo empresarial baiano insistiu em negar as evidências e investiu em publicações de notas nos maiores veículos de imprensa do Brasil, tachando as medidas tomadas pela Lava Jato que lhe

atingiam como “totalmente desnecessárias e ilegais”. No início de 2016, sem vislumbrar êxito na negação da realidade (vejam que essa é uma opção recorrente), a Odebrecht cansou de tapar o sol com a peneira e procurou o Ministério Público Federal para iniciar tratativas de acordos de leniência e de colaboração.

As negociações se estenderam por dez meses até que o maior acordo de colaboração da história do Brasil foi celebrado entre o MPF e a Odebrecht e 77 de seus executivos. Suas revelações sobre o problema da corrupção foram tão estarrecedoras quanto esclarecedoras.

A empreiteira e seus executivos revelaram, entre outros pontos, uma movimentação financeira do “setor de propinas” entre 2006 e 2014, no Brasil e no exterior, que totalizou US\$ 3,37 bilhões; um sistemático pagamento de propinas a servidores públicos e agentes políticos no Brasil, nas esferas federal, estadual e municipal, e também em outros 12 países onde atuavam; registros de pagamentos de propina desde a década de 1980; pagamentos de vantagens indevidas a, pelo menos, um presidente e outros ex-presidentes da República, oito ministros, três governadores, 24 senadores e 39 deputados federais.

Após essa breve viagem no tempo, é possível concluir com segurança que o Brasil padece, sim, de uma grave crise de corrupção. Esse diagnóstico que a Lava Jato promoveu talvez seja, ao lado da mensagem de esperança que decorre da recuperação de bilhões desviados dos cofres públicos e da responsabilização criminal de poderosos agentes políticos e econômicos que até pouco tempo se mostravam intocáveis, um de seus principais legados. A corrupção nunca esteve tão exposta no Brasil.

Diagnóstico, contudo, não cura doença e tem prazo de validade. Como um vírus, a corrupção que não é adequadamente tratada se replica, multiplica seus hospedeiros, muda seus vetores e se reinventa. Agora, portanto, enquanto poderosos corruptores estão fora de suas zonas de conforto, quando as causas e efeitos do problema já estão bem

delineados, é o momento ótimo para implementação de pacotes de medidas anticorrupção. Mas é mesmo necessária a aprovação de um pacote ou conjunto de medidas contra a corrupção? Não bastaria o estabelecimento de uma grande autoridade ou a aprovação de uma grande lei acerca do tema?

Sim, é necessária e muito provavelmente a única forma de resolver o problema. Não, não bastaria o estabelecimento de uma grande autoridade ou a aprovação de uma grande lei. Negar-se a enxergar o problema ou deixá-lo de lado são ótimas formas de garantir que ele não seja resolvido. Uma terceira via para não sair do lugar consiste em subestimar o problema. Conforme disse Albert Einstein, “tudo deve ser apresentado da maneira mais simples possível, porém não mais simples do que isso”.

Assim, não nos deixemos enganar. A corrupção é muito complexa para ser vencida de uma vez por todas, do dia para a noite, por uma só pessoa ou com apenas uma lei ou política milagrosa. Quem quer que diga ou defenda o contrário está, na melhor das hipóteses, apenas se enganando, e, na pior, buscando enganar aqueles a quem se dirige.

Primeiro: Por maior que seja o período de enfrentamento do problema, não há país no mundo que possa declarar-se 100% livre da corrupção. E isso não quer dizer que não devam se esforçar ao máximo nessa direção. Assim, a corrupção em um país não é uma questão de sim ou não, mas de quanto.

Por exemplo, se no Brasil de hoje a população se choca ao ver a fotografia de um *bunker* onde havia mais de R\$ 50 milhões em propinas, ou quando assiste ao vídeo do ex-assessor do presidente Michel Temer, Rodrigo Rocha Loures, correndo com uma mala com R\$ 500 mil recém-saídos do forno da JBS; na Suécia, o problema assume uma dimensão bem mais modesta. Em 1994, o escândalo de corrupção que fez com que a então ministra Mona Sahlin tivesse que renunciar ao seu cargo decorreu da utilização do cartão do governo para comprar fraldas, cigarros e um chocolate Toblerone, entre outros itens pessoais.

Segundo: a corrupção deve ser enfrentada de forma sustentável, com passos firmes e sem retrocessos. Mesmo em casos tidos como exemplares no enfrentamento da corrupção são necessárias décadas para a reversão do problema. Hong Kong, por exemplo, marcada pela corrupção sistêmica até o início da década de 1970, criou uma comissão independente contra a corrupção e adotou medidas abrangentes que permitiram que, em 2014, figurasse no *ranking* da Transparência Internacional entre os 20 países menos corruptos do mundo, entre os 176 avaliados.

Terceiro: por mais reconfortante que possa parecer, por melhor e mais bem intencionada que seja, não há no mundo uma pessoa que possa resolver sozinha o problema da corrupção no Brasil. Ela é muito complexa para ser resolvida por um salvador da pátria. Deve, ao contrário, ser enfrentada por meio de uma rede cuja trama se revela forte justamente porque é costurada na esfera do consenso entre pessoas que não partilham da mesma visão de mundo.

Por fim, mas também em decorrência da complexidade de suas causas e efeitos, com múltiplas dimensões, econômicas, políticas e sociais, a corrupção sistêmica precisa ser enfrentada em bloco, mediante a concomitante promoção de medidas interdisciplinares, as chamadas medidas contra a corrupção.

Foi assim que, em 2015, depois da percepção da assimetria entre a expectativa depositada por muitos brasileiros sobre o poder de transformação da Lava Jato e a real capacidade da operação, que é apenas um grande caso criminal, de alterar o quadro de corrupção endêmica do país, foi concebido pelo MPF e apresentado à sociedade o pacote de dez medidas contra corrupção. Com enfoque no aperfeiçoamento do sistema de persecução criminal, ainda hoje bastante deficiente, o pacote das dez medidas recebeu o rápido endosso de mais de dois milhões de brasileiros e em seguida foi confiado pela sociedade ao Congresso Nacional.

Contudo, como se ignorassem ou estivessem satisfeitos com o gravíssimo quadro de



corrupção brasileiro, na madrugada do dia 30 de novembro de 2016, deputados federais desfiguraram no plenário da Câmara as dez medidas contra a corrupção. Parecia que alguns deputados – muitos dos quais implicados pela própria Lava Jato – queriam passar uma mensagem de desesperança a todos aqueles milhões de brasileiros que tinham assinado o projeto.

Se esse foi o desejo, foi por água abaixo. Depois da compilação das melhores práticas e soluções internacionais, de consultas a 373 instituições e à sociedade civil brasileira e da participação de mais de 200 especialistas, com diferentes formações e conhecimentos, um novo pacote de medidas contra a corrupção foi desenvolvido pela Transparência Internacional Brasil e pela Fundação Getúlio Vargas.

As Novas Medidas contra a Corrupção, mais abrangentes, estão estruturadas em 12 blocos temáticos que não só aprimoram os mecanismos de prevenção, como a transparência e o controle social, como também trazem novos instrumentos necessários à responsabilização de envolvidos em corrupção.

Entre os avanços buscados pelas Novas Medidas estão o aperfeiçoamento da ação popular; a criação de uma política nacional de dados abertos; a desburocratização do Estado; a instituição de seguro de contratos

públicos; a criminalização do caixa 2 eleitoral; a redução do foro privilegiado para apenas 16 funções públicas (hoje são mais de 50 mil); a criminalização do enriquecimento ilícito de agentes públicos e da corrupção privada; a extinção da aposentadoria compulsória como pena para membros do Judiciário e do MP; ficha limpa e auditoria patrimonial aleatória para servidores públicos; exigência de *compliance* em grandes licitações; aumento dos incentivos para que empresas adotem programas de integridade; aperfeiçoamento da prescrição penal; aumento de penas para os crimes de corrupção; especialização de varas em improbidade e corrupção; e maximização dos instrumentos para recuperação do dinheiro desviado.

Você consegue imaginar um Brasil com todas essas e tantas outras importantíssimas medidas contra a corrupção aprovadas? Agora imagine como será esse novo Brasil dez anos após desatados todos esses nós da corrupção. Que país será esse? Pois saiba que ele está ao alcance de seu poder de ação. ✓

*Roberson Pozzobon é procurador da República e integrante da força-tarefa Lava Jato do MPF no Paraná.

Este artigo reflete a opinião do autor e não da Revista Transparência. A publicação não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizada pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações.

Ibracon envia comentários para a ANS

Em 28 de agosto, o Ibracon enviou, à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) comentários sobre a Consulta Pública nº 67 que se refere à Resolução Normativa acerca de práticas de governança corporativa, controles internos e gestão de riscos pelas operadoras de planos de saúde.

IASB promove Outreach em São Paulo

O International Accounting Standards Board (IASB) promoveu, no dia 9 de outubro, em São Paulo, a sessão de *Outreach* relativa ao *Discussion Paper* intitulado “Financial Instruments with Characteristics of Equity”. O documento permanecerá em audiência pública pelo IASB até o dia 7 de janeiro de 2019.

IAASB promove Discussão Técnica em São Paulo

O International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB), órgão da International Federation of Accountants (IFAC), realizou, no dia 18 de outubro, discussão técnica sobre o futuro da asseguarção sobre as Formas Emergentes de Relatório Externo - Emerging Forms of External Reporting (EER). O evento aconteceu em São Paulo, com apoio do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), do Ibracon e da FIPECAFI, e reuniu auditores, contadores, reguladores, usuários dessas informações em geral e demais interessados.

Classe contábil levou propostas aos presidenciais

Como melhorar o ambiente de negócios do País? O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Ibracon enviaram, antes do primeiro turno das eleições de 2018, uma carta com proposições sobre este e outros temas (desenvolvimento sustentável, gestão pública etc.) aos candidatos à Presidência da República.

O documento abordou a importância da continuidade da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS), que estão em processo de convergência e devem ser implementadas até 2021, e a necessidade de alteração da Lei Orgânica da Profissão Contábil, editada em 1946.

MDIC aceita sugestões do Ibracon

O Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) aceitou as sugestões enviadas pelo Ibracon em relação ao Programa Inovar Auto – especificamente, no que diz respeito aos procedimentos de auditoria relativos à eficiência energética.

IFAC divulga resultados de pesquisa voltada às FAPMP

Em 23 de outubro, o Small and Medium Practices Committee (SMPC) da International Federation of Accountants (IFAC) divulgou resultados de sua pesquisa sobre desafios e oportunidades que envolvem as Firms de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP) e seus principais clientes, as Pequenas e Médias Empresas (PMEs). Uma de suas conclusões é a de que os profissionais atuantes em FAPMP vêm adotando a tecnologia para melhor atender os seus clientes e, também, atrair e reter talentos.

Monica Foerster, diretora de FAPMP do Ibracon, preside o SMPC da IFAC.

Ibracon envia comentários sobre revisão da Norma ISA 315

Em 14 de novembro, o Ibracon enviou comentários para o International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB) sobre a minuta do *Exposure Draft* (ED) referente à revisão da norma ISA 315, que trata da Identificação e Avaliação dos Riscos de Distorção Relevante por meio do Entendimento da Entidade e do seu Ambiente.

MCTIC regulamenta trabalhos da Lei de Informática

O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) emitiu, no início de novembro, a Portaria nº 5150/2018/SEI-MCTIC, que dispõe sobre as instruções para elaboração do relatório pelas auditorias independentes, na análise dos demonstrativos de cumprimento das obrigações de que trata o § 9º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 – Manual de Análise do Relatório Demonstrativo Anual (RDA).

No mesmo período, a Secretaria de Políticas Digitais do MCTIC disponibilizou o Manual de Análise do Relatório Demonstrativo Anual (RDA), que dispõe sobre as orientações e metodologia para análise do RDA. Ambos os documentos podem ser encontrados e acessados no site do MCTIC.

Ibracon emite Comunicado Técnico sobre Lei de Informática

No dia 5 de novembro, o Ibracon emitiu o Comunicado Técnico (CT) nº 04/2018, que aborda os procedimentos a serem executados para a emissão do relatório de asseguarção razoável sobre as informações contidas no Relatório Demonstrativo Anual (RDA), a partir do ano-base 2017, para fins de cumprimento dos requisitos da Lei nº 8.248/1991 (Lei de Informática) e alterações posteriores. Em seu site, o Ibracon disponibiliza vídeo explicativo sobre o documento.

As contribuições citadas estão disponíveis no Portal Ibracon, na área restrita aos associados.

Chegou o novo App PwC BR

Conteúdo, informação, calendário de eventos e novidades sobre a PwC e o mundo dos negócios no mesmo lugar.

Tenha acesso a materiais e pesquisas nacionais e globais da PwC de acordo com assuntos do seu interesse e fique por dentro da agenda dos principais eventos: confira o perfil dos convidados e palestrantes, confirme sua presença pelo app e conecte-se com outros participantes.

Baixe o App PwC BR e fique por dentro das novas leituras do mundo dos negócios.



Um novo jeito de ler o mundo.
www.pwc.com.br/aplicativos



© 2018 PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda. Todos os direitos reservados. Proibida a distribuição sem a prévia autorização da PwC. O termo "PwC" refere-se à PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda. de firmas membro da PricewaterhouseCoopers, ou conforme o contexto determina, a cada uma das firmas membro participantes da rede da PwC. Cada firma membro da rede constitui uma pessoa jurídica separada e independente. Para mais detalhes acerca do network PwC, acesse: www.pwc.com/structure





Foto: Ibracon

Vencedores do 7º Prêmio Transparência comentam viagem técnica a Londres

Laureados e representantes do Ibracon participaram dos eventos *World Standard-setters (WSS)*, *International Forum of Accounting Standards Setters (IFASS)* e *Accounting Standards Advisory Forum (ASAF)*, este, fórum colaborativo voltado ao desenvolvimento de normas contábeis globais

Uma experiência única. É assim que Gilberto Galinkin, professor do Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia e professor assistente da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), resume sua participação, em Londres, nos eventos *World Standard-setters (WSS)*, realizado pela IFRS Foundation desde 2002 com a presença dos organismos que colaboram com a adoção das normas IFRS ao redor do mundo, e *International Forum of Accounting Standards Setters (IFASS)*, uma rede informal que congrega “multiplicadores” das normas IFRS de todo o mundo, além de outras organizações que possuem um grande envolvimento em questões relacionadas a relatórios contábeis.

Galinkin foi um dos laureados na sétima edição do Prêmio Transparência do Ibracon, na qualidade de orientador do estudante Marlon Freire Ramos, seu aluno na PUC Minas. Ambos foram responsáveis pelo trabalho acadêmico “Análise dos Apontamentos do PCAOB nos Relatórios de Inspeção das Firms de Auditoria Brasileiras”, que aborda a criação do Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB), órgão responsável pela regulamentação e fiscalização da atividade de auditoria independente das empresas que

negociam ações na bolsa de valores norte-americanas. No trabalho vencedor, eles discutiram a estrutura normativa de auditoria norte-americana, traçando paralelos entre as normas internacionais e brasileiras de auditoria. Como parte da programação prevista, os vencedores visitaram a sede do International Accounting Standards Board (IASB)/IFRS Foundation e participaram dos eventos promovidos pela entidade.

A jornalista Roberta Mello, do *Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul*, premiada pela reportagem “Nova Norma Permite ao Contador Informar Irregularidades”, que explicou ao grande público o teor da Noclar, norma ética emitida pelo International Ethics Standards Board for Accountants (IESBA), também foi aos eventos londrinos com os vencedores na primeira semana de outubro e faz coro ao professor Galinkin. “A viagem foi extremamente proveitosa. Além de representar o reconhecimento do Ibracon ao meu trabalho e da oportunidade de conhecer um outro país, a programação contribuiu com a minha formação profissional e propiciou o intercâmbio de conhecimento sobre questões contábeis”. Roberta também afirma que considera o Prêmio Transparência “essencial para o País”. E explica: “é cada vez mais relevante para o jornalismo brasileiro que matérias comprometidas com

a verdade, com o aprofundamento dos fatos e a checagem de informações sejam valorizadas e estimuladas”.

Tanto Roberta Mello quanto Marlon Freire Ramos fazem questão de ressaltar que o reconhecimento conferido pelo Ibracon já impacta positivamente suas carreiras: “Desde que recebi a notícia de que estava entre as finalistas do Prêmio Transparência de Jornalismo, em meio a colegas de tanta qualidade do jornalismo brasileiro, me senti muito lisonjeada e valorizada. A premiação contribuiu diretamente com o meu fortalecimento enquanto profissional de imprensa e representou um importante reconhecimento ao serviço prestado pelo veículo em que trabalho”, ela declara.

Já o estudante diz-se “surpreso” com a repercussão do Prêmio em sua vida: “quando soube que tinha vencido, não fazia ideia da dimensão que isso tomaria. A repercussão foi muito grande. Entretanto, o que eu considero mais importante, mais até mesmo que o prêmio, é a produção de conhecimento que ele proporcionou”, garante. “Assim que a notícia se espalhou, comecei a ser procurado por outros estudantes, que me perguntam sobre o trabalho e mostram-se motivados a escrever sua monografia de uma forma melhor”, diz. “A área de Contabilidade não conta com tantas pesquisas na área acadêmica. Saber que, de alguma forma, eu pude fazer parte

dessa construção e incentivar pessoas é muito importante e gratificante”. Galinkin complementa as reflexões do aluno: “tenho divulgado a experiência na PUC Minas e incentivado alunos e professores a concorrerem ao Prêmio Transparência Universitário do Ibracon”.

Realizado anualmente pelo Ibracon, com o apoio do International Accounting Standards Board (IASB), o Prêmio Transparência foi idealizado com o objetivo de reconhecer e recompensar as contribuições dadas por jornalistas e estudantes universitários de Ciências Contábeis ao fortalecimento da Contabilidade e da Auditoria Independente no País.

Eduardo Pocetti, presidente do Conselho de Administração do Ibracon, Francisco Sant’Anna, presidente do Ibracon e Rogerio Mota, coordenador da Comissão Nacional de Normas Técnicas (CNNT), também estavam em Londres e puderam acompanhar os laureados. Estiveram ainda presentes os colaboradores do Ibracon: Fernanda Queiroz Rivelli, gerente de Comunicação; e Adriana Caetano, gerente da área Técnica.

Os premiados e representantes do Ibracon também participaram do *Accounting Standards Advisory Forum (ASAF)*, um fórum colaborativo no qual os membros podem contribuir para o desenvolvimento de normas globalmente aceitas e de alta qualidade. O evento foi realizado na sede da IFRS Foundation. ✓



Foto: Ibracon

Ibracon prestigia o XIV Prolatino e a 58ª Concerj



Foto: CRCRJ

Idésio Coelho, Francisco Sant’Anna e Madson Gusmão Vasconcelos

O Ibracon participou do XIV Congresso Internacional de Contabilidade do Mundo Latino (Prolatino) e da 58ª Convenção de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro (Concerj), que discutiram inovação, tecnologia e as transformações do mercado de trabalho no Brasil e no mundo.

O Instituto foi representado por Eduardo Pocetti, presidente do Conselho de Administração do Ibracon e do Grupo Latino-Americano de Emissores de Normas de Informação Financeira (Glenif); Francisco Sant’Anna, presidente da Diretoria Nacional; e Marco Aurelio Fuchida, superintendente.

CVM e Ibracon realizam rodadas de reuniões



Foto: CVM

CVM recebe Ibracon em sua sede

O Ibracon e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) realizaram três reuniões em outubro, nas sedes da autarquia, no Rio de Janeiro, e em São Paulo.

Na primeira delas, o presidente do Ibracon, Francisco Sant’Anna, e o diretor Técnico Rogério Hernandez Garcia se reuniram com o novo diretor da autarquia, Carlos Alberto Rebelo Sobrinho. Da segunda reunião, participaram Gustavo Gonzalez, diretor da CVM, Francisco Sant’Anna e Marco Aurelio Fuchida, superintendente do Instituto. No terceiro encontro, os diretores da CVM Pablo Renteria e Henrique Machado receberam Francisco Sant’Anna e Marco Aurelio Fuchida.

26ª Convecon e Summit Contábil

Francisco Sant’Anna, presidente da Diretoria Nacional do Ibracon, representou o Instituto no lançamento da 26ª Convenção dos Profissionais da Contabilidade do Estado de São Paulo (Convecon) e do Summit Contábil.

Seminário Internacional do CPC



Foto: Estúdio Trama

Eduardo Pocetti parabenizou o CPC pelo trabalho em prol da Contabilidade

Com o apoio do Ibracon, uma das entidades que compõem o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), foi realizado o XV Seminário Internacional do CPC – Normas Contábeis. Organizado pela Fundação de Apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis (FA-CPC), o evento proporcionou uma visão do atual estágio de adoção das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) no Brasil.

Ibracon participa do 35º ISAR em Genebra



Foto: CRCSP

Rogério Garcia, diretor Técnico do Ibracon, participa do 35º ISAR

Representado pelo diretor Técnico Rogério Garcia, o Ibracon participou, na Suíça, da 35ª reunião do Grupo de Trabalho Intergovernamental de Especialistas em Normas Internacionais de Contabilidade e Relatórios (ISAR), um dos braços da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development), que discutiu a melhoria da comparabilidade dos relatórios de sustentabilidade.

19º Congresso IBGC

Marco Aurelio Fuchida, superintendente do Ibracon, participou do 19º Congresso do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), que teve como tema “Ecossistema de Governança: Inovação e Legado”.

Eventos da IFAC na Austrália

O Ibracon participou em 1º de novembro de duas reuniões com representantes da International Federation of Accountants (IFAC). As atividades aconteceram em Sidney, na Austrália, local de realização do Congresso Mundial de Contadores.

Francisco Sant’Anna, presidente do Ibracon, esteve presente na Assembleia Ordinária do 20º Congresso Mundial de Contadores e Monica Foerster, diretora de Firms de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP) e presidente do Small and Medium Practices Committee (SMPC) da IFAC, participou da reunião do Board da IFAC.

Grupo de Economias Emergentes



Foto: IFRS Foundation

Membro do Ibracon participa de reunião do EEG

Rogério Mota, coordenador da Comissão Nacional de Normas Técnicas (CNNT) do Ibracon e membro do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), esteve presente na 16ª reunião do Grupo de Economias Emergentes (EEG), na Coreia do Sul, que tratou da implementação da IFRS 9; Instrumentos Financeiros; *Goodwill e Impairment*, entre outros temas.

Professores de Ciências Contábeis

Agerente Técnica Adriana Caetano representou o Ibracon no XI Encontro Nacional de Coordenadores e Professores do Curso de Ciências Contábeis, realizado na sede do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (CRCSP). Promovido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), pela Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon) e pelo CRCSP, o evento debateu o futuro do ensino de Ciências Contábeis no País.

20ª Congresso Mundial de Contadores



Foto: IFAC

Representantes do Ibracon no WCOA, Congresso Mundial de Contadores, em Sidney

Líderes globais da Contabilidade realizaram em Sidney (Austrália), entre 5 e 8 de novembro, o 20º Congresso Mundial de Contadores (WCOA, da sigla em inglês), sob o tema *Desafios globais, líderes globais*. O Ibracon foi representado pelo presidente da Diretoria Nacional, Francisco Sant'Anna, e pela diretora de Firmas de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP), Monica Foerster, que também ocupa a posição de presidente do Small and Medium Practices Committee (SMPC) da International Federation of Accountants (IFAC). O Congresso é organizado pela IFAC e realizado a cada quatro anos.

Reunião da CEPC

Tadeu Cendón, diretor de Desenvolvimento Profissional do Ibracon Nacional, participou da reunião da Comissão de Educação Profissional Continuada (CEPC) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), entre 6 e 7 de novembro, na sede do Conselho, em Brasília.

Novo presidente da IFAC



Foto: IFAC

Novo presidente da IFAC recebe delegação brasileira

Representado por Francisco Sant'Anna, presidente da Diretoria Nacional, e Monica Foerster, diretora de Firmas de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP) e presidente do Small and Medium Practices Committee (SMPC) da International Federation of Accountants (IFAC), o Ibracon acompanhou a delegação brasileira no encontro com o novo presidente da IFAC, Dr. In-Ki Joo, que se colocou à disposição para continuar auxiliando o Brasil no processo de adoção das novas normas. O encontro foi realizado em Sydney, na Austrália, onde aconteceu o Congresso Mundial de Contadores (WCOA).

3ª Conferência de Contabilidade e Auditoria Independente



Foto: Ibracon

Ibracon na Conferência de Contabilidade e Auditoria Independente

Representantes do Ibracon Nacional participaram, em 23 de novembro, da 3ª Conferência de Contabilidade e Auditoria Independente, promovida pela 2ª Seção Regional. Os painéis foram ministrados pelo presidente da Diretoria Nacional, Francisco Sant'Anna; pelo diretor de Desenvolvimento Profissional, Tadeu Cendón; pela diretora de Firmas de Auditoria de Pequeno e Médio Portes, Monica Foerster, e pelo membro da Comissão Nacional de Normas Técnicas (CNNT) do Ibracon, Silvio Takahashi.

Estudantes de Ciências Contábeis visitam o Ibracon



Foto: Ibracon

Encontro marcou a terceira visita da Unoesc ao Ibracon

Estudantes do 3º período da Graduação de Ciências Contábeis da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), do campus São Miguel, visitaram a sede do Ibracon, acompanhados dos professores Andressa Michels e Valmir Roque Sott, coordenador do curso. A gerente Técnica do Ibracon, Adriana Caetano, exibiu uma apresentação sobre o Instituto e suas frentes de atuação como entidade representativa dos auditores independentes no Brasil.



Foto: arquivo Ibracon

Curso de Auditoria para Jornalistas passa a ter transmissão via Web



Foto: Sergio de Paula e Thaianne de Paula

Clinton Fernandes

Duas novidades – a possibilidade de assistir ao curso *online* e a divisão dos conteúdos em módulos – tornaram o evento mais acessível aos profissionais de imprensa de todo o País

Ingram Image

“**B**uscamos sempre atuar de forma próxima aos profissionais de imprensa porque sabemos que é essencial manter a confiança da sociedade na atividade de Auditoria independente, e o jornalista é porta-voz por excelência entre o mercado e a sociedade”.

É assim que Clinton Fernandes, Diretor de Comunicação do Ibracon, explica a importância do Curso de Auditoria para Jornalistas, promovido gratuitamente na sede da entidade há seis anos. Uma iniciativa bem estabelecida, portanto – mas que sempre pode ser aprimorada: “a partir de 2018, o curso passou a ser oferecido em módulos”, informa Fernandes. “Agora, o conteúdo divide-se em Básico, Intermediário e Avançado. A primeira etapa foi apresentada no dia 16 de outubro, na sede da entidade, para mais de uma dezena de profissionais de diversos veículos, como *Folha de S. Paulo*, *Valor Econômico*, *DCI* e *Band News FM*, além de colaboradores da área de Comunicação de entidades de relacionamento do Ibracon”, comenta.

Outra novidade foi a transmissão via *web* para os profissionais de outros estados que manifestaram interesse em conhecer mais sobre a atividade, mas estavam impossibilitados devido à distância. “Acreditamos que o fundamental é todos terem acesso aos conteúdos oferecidos e procuramos proporcionar

essa atividade por todos os meios que estiverem ao nosso alcance”, destaca o diretor.

O Curso de Auditoria para Jornalistas é voltado principalmente àqueles que atuam nas editorias de Economia e no mercado de capitais. No Módulo Básico, foram aprofundados temas como o papel do auditor independente, as atividades por eles desenvolvidas e a relevância desses profissionais para o mercado de capitais. “Com esse foco, procuramos priorizar as questões técnicas e esclarecedoras sobre o dia a dia da profissão”, relata Fernandes, que, em sua apresentação, analisou conceitos básicos de Auditoria e abordou as principais diferenças entre Auditoria Independente e Auditoria Forense. Adriana Caetano, gerente Técnica do Instituto, abordou dois temas diferentes durante o curso: na primeira parte de sua explanação: ela detalhou as diferenças entre Auditoria Independente, Auditoria Interna e *compliance*. Na segunda parte, ela analisou os principais aspectos da leitura de demonstrações contábeis. Com três horas de duração, o curso contou com a presença de Francisco Sant’Anna, presidente da Diretoria Nacional, tanto no momento de boas-vindas quanto no encerramento. Em suas participações, Sant’Anna enfatizou a relevância da iniciativa para o Ibracon e enalteceu o papel do profissional de comunicação. ✓

Pronto para transformar sua *busy season* e realizar circularizações de maneira eletrônica?

Modernize seu processo de circularização de informações de uma maneira segura através de nossa plataforma de confirmação eletrônica.



Rápido

Reduza o processo de confirmações de informações de semanas para apenas alguns dias.



Centralizado

Gerencie o processo de confirmação por completo em uma plataforma de maneira eletrônica.



Seguro

Nosso completo sistema de segurança de dados mantém seguras, todas as informações de seus clientes.





Ingram Image



Novas temáticas incrementam oferta de cursos do Ibracon



Novo Relatório do Auditor e IFRS 15 serão alguns dos novos cursos em plataforma EAD. Dentre os presenciais, oferecidos na sede do Ibracon, em São Paulo, a agenda prevê temas como IFRS 16, Atualizações fiscais, E-Social e Auditoria Forense



José Luiz R. de Carvalho

Manter-se atualizado e cumprir a carga horária exigida pelo Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) são desafios que podem ser vencidos mais facilmente com o uso das plataformas de ensino a distância. Afinal, esse modelo tem como principal vantagem justamente o fato de ser flexível, isto é: não há horários nem locais fixos para estudar e todo seu conteúdo pode ser acessado a qualquer momento.

Atento a essa necessidade, o Ibracon apresenta dois novos cursos a distância dentro do seu Programa de Educação Continuada: um deles aborda o Novo Relatório do Auditor, e o outro, a IFRS 15.

IFRS 15 GANHA CURSO EAD

Em vigor desde janeiro de 2018, a IFRS 15 impõe um modelo único para reconhecimento de receitas de contratos com clientes. Em linhas gerais, a IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes (Revenue from Contracts with Customers) substituiu praticamente todas as regras para reconhecimento de receitas anteriores e proporcionou maior consistência e comparabilidade das práticas para reconhecimento de receitas entre setores, jurisdições e mercados de capitais.

“Conhecê-la bem é essencial a quem exerce a Contabilidade, especialmente no âmbito da Auditoria Independente”, afirma Márcio Nascimento, instrutor do novo curso IFRS 15 oferecido pelo Ibracon por meio de sua plataforma EAD. “Uma das preocupações do

Ibracon quando me contatou para criar e ministrar esse conteúdo foi explorar uma didática e metodologia de aprendizado simples e objetiva para alcançar o máximo de participantes, principalmente as pequenas e médias empresas de Contabilidade e Auditoria”, ele ressalta. “O conteúdo apresentado é indicado para auditores independentes, contadores preparadores de demonstrações contábeis, estudantes de Ciências Contábeis e demais profissionais com interesse no tema”, acrescenta.

Com carga horária total de oito horas, o curso conta oito pontos para o PEPC e está organizado em seis macrotemas. “Nosso objetivo é fazer com que o participante compreenda os conceitos fundamentais da nova norma de reconhecimento de receita (IFRS 15), iniciando sua jornada de conhecimento com uma visão geral, abrangente, das razões da publicação da nova norma”, disserta Nascimento. “Prendemos estimulá-lo a fazer uma imersão no conceito dos cinco passos para aplicação da norma, sanando suas dúvidas e preparando plenamente o profissional”, ele conclui.

NOVO RELATÓRIO

Desde 31 de dezembro de 2016, o Brasil adota o Novo Relatório do Auditor, que trouxe mudanças significativas no formato e conteúdo de maneira a torná-lo mais relevante para os usuários. “Tivemos a necessidade de nos adequar porque essas são as normas estabelecidas pela International Federation of Accountants (IFAC)”, explica o auditor José Luiz



Márcio Nascimento

Ribeiro de Carvalho, ex-presidente da 5ª Seção Regional do Ibracon, coordenador da Comissão de Educação Profissional Continuada do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (CRSCP) e responsável, no Ibracon, pelo conteúdo do curso.

O curso é 100% *online*, credenciado e pontuado para o Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). “As videoaulas estão prontas, gravadas”, informa o auditor. “Além de assisti-las no horário que melhor lhe convier, pois não teremos *lives* nem *chats* em tempo real, o aluno terá acesso a materiais complementares: leituras recomendadas, com destaque para os pontos mais importantes de cada norma, ou seja, aqueles aspectos que o aluno deverá estudar com mais afinco; estudos de caso, com apresentações de questões práticas; e um tipo de prova final, para mensurar o aproveitamento de cada participante em relação aos conteúdos”, esclarece.

Carvalho destaca que o Brasil está bem alinhado ao que existe de mais moderno no mundo em termos de regulação, e salienta a importância do Novo Relatório neste contexto: “o formato atual do Relatório tem uma linguagem mais direta e acessível, o que facilita sua compreensão por parte dos investidores, reguladores do mercado de capitais, entes governamentais etc”, observa. “Assim, o auditor seleciona esses assuntos mais relevantes e comunica no seu Relatório de maneira clara, objetiva, concisa e muito específica para a entidade. Não pode usar jargões nem reaproveitar outros relatórios. Trata-se de um trabalho personalizado, minucioso”, ele ressalta, acrescentando, ainda, que o Novo Relatório

é anual, ou seja: não precisa ser seguido nas revisões trimestrais de auditoria. “Considero que este já é um curso obrigatório, indispensável, ao bom desempenho do auditor independente”, finaliza.

PRESENCIAIS

Dentre os cursos presenciais previstos ainda para 2018, com novas datas em 2019, sobressaem: *IFRS 16*, que abordará como a norma, que entrará em vigor em janeiro de 2019, mudará a forma como as empresas devem identificar, mensurar, apresentar e divulgar arrendamentos; *Sinopse Fiscal*, essencial para, conforme o próprio nome indica, atualizar o profissional a respeito das normas, regras e regulações do Fisco; *eSocial*, cuja segunda etapa passou a vigorar em outubro de 2018 e impactou o manejo de dados dos trabalhadores e seus vínculos empregatícios; e *Auditoria Forense*, cujo conteúdo abrangerá: investigações forenses e seus fundamentos; métodos para conduzir investigações forenses; inteligência corporativa; computação e tecnologia forense; técnicas de entrevistas e detecção de mentiras; treinamento para membros de Comitês de Auditoria; e Lei de Informática.

O Ibracon é capacitador nato do Programa de Educação Profissional Continuada do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), alinhado com as Normas de Ensino da International Federation of Accountants (IFAC). ✓

Informações sobre todos os cursos podem ser obtidas no Portal Ibracon: www.ibracon.com.br



O AVANÇO
TECNOLÓGICO
EXIGE MUDANÇA
ATITUDE É O PRIMEIRO PASSO
PARA O DESENVOLVIMENTO

Quem conhece Tecnologia da Informação, conhece BDO.

Nossa equipe de Advisory é composta por profissionais experientes de diversas áreas, todos treinados e capacitados para entender o seu negócio e levar soluções de acordo com suas necessidades.

advisory@bdo.com.br

Consultoria | Auditoria | Tax | Outsourcing





Foto: Flavio Guarneri

Monica Foerster



Foto: Flavio Guarneri

Rogério Garcia

O mercado está mais exigente em relação às boas práticas, e isso vale para os entes governamentais. Num momento em que a busca por Auditoria independente pode crescer, as firmas de pequeno e médio portes podem e devem estar atentas às oportunidades

Transparência, a palavra do momento

Se houve um ponto que ficou bastante claro durante a campanha eleitoral de 2018 foi que a população brasileira está fazendo questão absoluta de transparência e combate à corrupção. “As pessoas estão muito mais atentas a esse aspecto e não só: o mercado também está mais exigente nesse sentido”, afirma Rogério Garcia, Diretor Técnico do Ibracon Nacional. Monica Foerster, Diretora de Firms de Auditoria de Pequeno e

Médio Portes (FAPMP) do Ibracon Nacional e Coordenadora do Grupo de Trabalho de FAPMP da mesma entidade, reforça: “após as eleições, tem-se observado uma perspectiva de reaquecimento da economia, o que, por si só, representa uma chance efetiva de ampliação do mercado para as auditorias. Além disso, a confiança externa tende a originar maiores investimentos, os quais estarão sujeitos a auditoria. E finalmente, mas não menos



importante, é que existe uma maior conscientização sobre a importância de *compliance*, também ensejando maior demanda pela presença do auditor independente”.

Destinação de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), concessão de benefícios fiscais e, principalmente, a prestação de contas de órgãos e empresas estatais são exemplos de procedimentos que não podem prescindir da auditoria independente, afirmam os especialistas. Eles ressaltam ainda que, se de fato forem iniciadas as privatizações esperadas para os próximos quatro anos de governo, será ainda mais fundamental atestar a credibilidade das contas prestadas e conferir o máximo de transparência a todos os processos, a todas as negociações.

Com a experiência de quem lida cotidianamente com as demandas e expectativas das FAPMP, inclusive como presidente do Small and Medium Practices Committee (SMPC) da International Federation of Accountants (IFAC), Monica Foerster observa que, no âmbito governamental, existe espaço para atuação de firmas de todos os portes: “As pequenas e médias estão sujeitas aos mesmos requerimentos de registro, controle de qualidade e procedimentos técnicos e profissionais exigidos de uma firma maior. E portanto, têm total capacidade de prestar serviços de Auditoria da mais alta qualidade às empresas e aos órgãos públicos”, avalia.

CRITÉRIOS

Segundo Garcia, os critérios que costumam ser mais relevantes para os entes governamentais contratarem auditorias independentes são: auditor devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) e registro atualizado da firma e de seus profissionais responsáveis técnicos perante

reguladores – e isso pode ocorrer na esfera do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), do Banco Central ou até mesmo da Superintendência de Seguros Privados (Susep). “Estar em conformidade com todos os requisitos regulatórios indica que a firma está cumprindo adequadamente as normas legais, e que seus profissionais estão seguindo as diretrizes de Educação Continuada previstas pelo Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC) do CFC”, acrescenta Monica Foerster.

Ela também ressalta que o Ibracon criou um Grupo de Trabalho específico – o GT Novos Serviços – para identificar oportunidades de trabalho relacionados a auditoria, asseguração, procedimentos pré-acordados e outras atividades, assim como adaptar as demandas dos mercados relacionados a trabalhos de auditoria, considerando o que é permitido pelas normas em vigor.

Garcia e Foerster explicam que as expectativas dos entes governamentais quanto ao desempenho dos auditores variam conforme aquilo que eles buscam: pode ser a verificação de uma parte independente ou diretrizes para estabelecer previamente alguns procedimentos. “Também pode acontecer de o ente governamental solicitar uma asseguração, impondo ao auditor a necessidade de trazer uma opinião acerca de um tema mais amplo”, esclarece Garcia. “Para o Ibracon é extremamente importante que, no momento em que se identifica a necessidade de o auditor emitir um relatório, a entidade possa contribuir com o processo de regulamentação”, ele afirma. “Se a instituição puder iniciar o diálogo com o ente governamental antes que a regulação saia, haverá maior probabilidade de vir uma solicitação mais redonda, que não exigirá tantas adequações”, elucida o diretor. ✓



Foto: Ibracon

Adriana Caetano

O 2º e o 3º módulos do curso, oferecidos a distância, tratam da identificação de riscos de distorções relevantes e das respostas do auditor ao problema

Trabalhos de Auditoria de Menor Complexidade

Em agosto de 2018, o Ibracon lançou sua nova plataforma de Ensino a Distância (EAD), estreando com o Módulo 1 do curso *Trabalhos de Auditoria de Menor Complexidade*. Agora, a entidade disponibiliza os Módulos 2 e 3 do mesmo curso.

O Módulo 2 aborda o “Planejamento e Identificação de Riscos de Distorções Relevantes”, com o propósito de fornecer conhecimento para realização de trabalhos de auditoria em entidades de menor complexidade.

Além de apresentar as normas vigentes, a programação inclui um guia prático das atividades, procedimentos, controles e comunicações necessários para a realização do trabalho e, também, informações sobre a implementação de um sistema de controle de qualidade na auditoria.

“Auditoria é baseada em riscos”, explica Adriana Caetano, gerente técnica do Ibracon. “Por meio do curso, o profissional poderá aprimorar sua capacidade

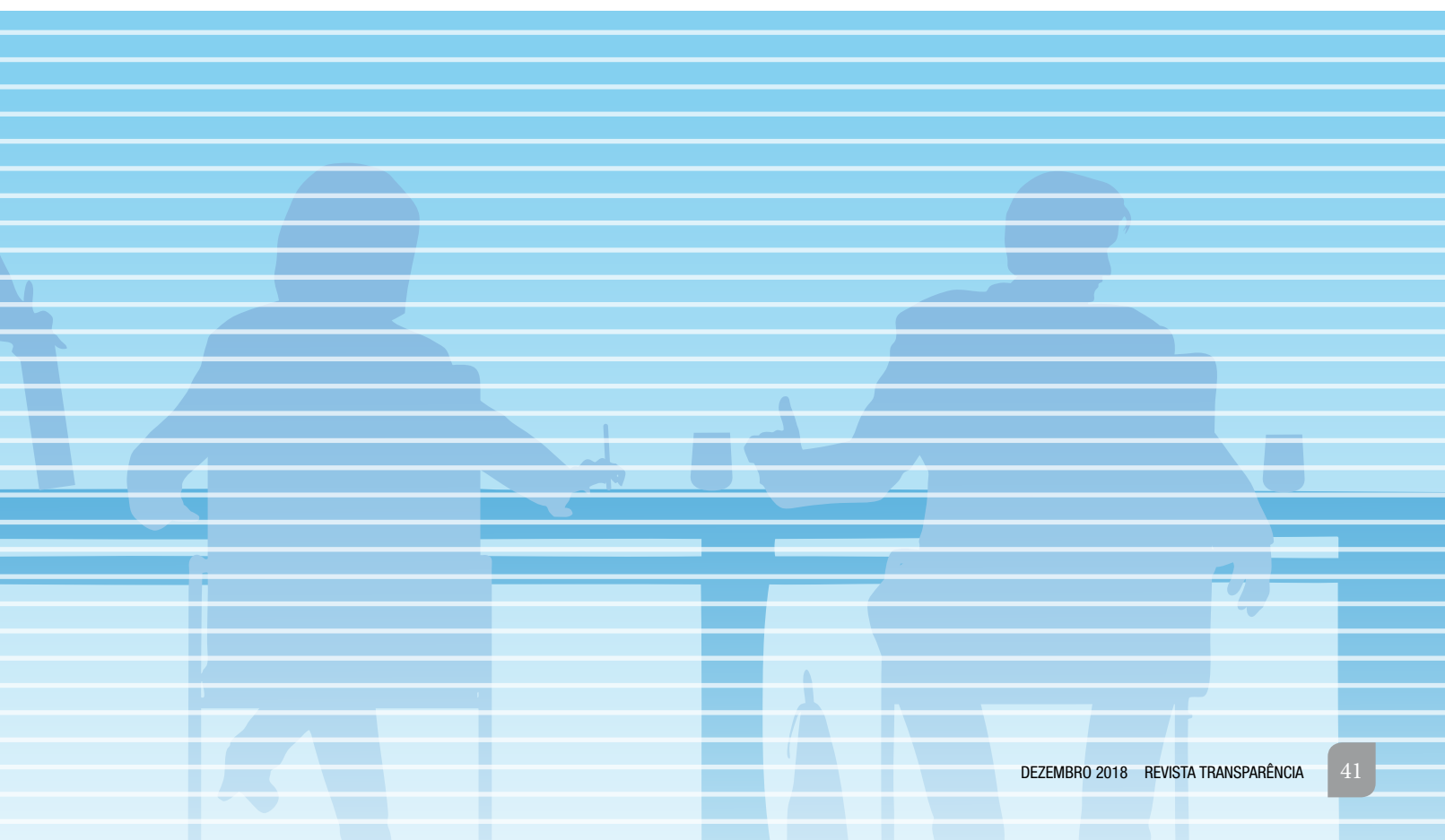
de fazer análises, o que se refletirá em um melhor desempenho em termos de planejamento, de compreensão da entidade e/ou empresa que ele estiver atendendo, e de entendimento quanto ao ambiente de controle da organização”, ela esclarece. “É um guia para melhor considerar o que for significativo, definir estrutura, estabelecer cronogramas de atividades e de entrega etc.”, acrescenta.

Voltado a profissionais que atuam com Auditoria independente, especialmente em FIRMAS DE AUDITORIA DE PEQUENO E MÉDIO PORTES (FAPMP), o curso tem duração de oito horas e vale oito pontos para o Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). É composto por videoaulas, material suplementar (*Manual para Trabalhos de Auditoria de Menor Complexidade para download*), slides com o conteúdo das videoaulas e links, e textos que complementam o conteúdo.

Adriana Caetano destaca que o curso é relevante, sobretudo, para que o profissional

afine sua percepção em procedimentos analíticos, no entendimento do arcabouço regulatório e até na definição de parâmetros de materialidade. “Normalmente, o auditor estabelece um valor-base, um referencial, que pode ser um percentual do lucro, por exemplo. Mas, em entidade sem fins lucrativos, esse referencial poderá se basear em outros ativos”, comenta. “Pensemos numa empresa de *software*, onde o reconhecimento da receita pode gerar distorção relevante, porque são muitos os serviços, por vezes inter-relacionados, mas com entendimentos diferentes”, exemplifica. “Ali, é fundamental que o auditor defina a materialidade de forma condizente com a natureza da organização”.

A gerente técnica ressalta que, além de compreender a entidade que está auditando, o profissional precisa entender o ambiente de controle. “O auditor vai identificar controles relevantes, saldos contábeis significativos, vai olhar os principais sistemas de informação e quem faz o monitoramento desses controles



etc. Um melhor ambiente de controle geral reduz o risco de distorção”, afirma.

Os modelos que integram o módulo 2 do curso *Trabalhos de Auditoria de Menor Complexidade* são: modelo de planejamento; modelo de entendimento da entidade com as mesmas características; modelo de entendimento do ambiente de controle da entidade; e análise da conexão entre as atividades executadas pelo auditor e possíveis riscos de distorções relevantes nos resultados contábeis.

MÓDULO 3

Se o módulo 2 consiste, basicamente, em estabelecer uma matriz de riscos, o módulo 3 traz procedimentos de auditoria em resposta aos riscos identificados. “Neste módulo, o participante aprenderá sobre a resposta do auditor aos riscos avaliados; amostragem; evidência de auditoria; análise do fluxo dos testes dos controles; documentação de auditoria; auditoria de estimativas contábeis,

inclusive do valor justo e de divulgações relacionadas; representações formais; e outros assuntos específicos”, elenca Adriana. “E, quando falamos de respostas aos riscos, vai haver a abordagem da auditoria, que pode ser substantiva ou combinada”, esclarece.

Uma característica do terceiro módulo, intitulado *Procedimentos de Auditoria em Resposta aos Riscos Identificados e Avaliação das Evidências Obtidas*, é que ele é muito rico em exemplos práticos, além de conectar-se ao módulo 4. Este ainda não foi disponibilizado, mas seu conteúdo diz respeito, principalmente, à formação de opinião do auditor.

Os diversos módulos do curso *Trabalhos de Auditoria de Menor Complexidade* não são interdependentes. E, enquanto o 1º, o 2º e o 4º módulos têm oito horas de duração cada um, valendo oito pontos no PEPC/CFC, o 3º é o mais longo de todos: sua carga é de 24 horas, o que o faz valer 24 pontos no PEPC/CFC. ✓



Building a better
working world

Na Era da
Transformação, a
confiança é a moeda
mais valiosa?

ey.com.br/digital



Quanto melhor a pergunta, melhor a resposta.
E melhor se torna o mundo de negócios.



Envolvimento dos conselheiros e automação aumentam eficácia do CRSFN

Tempo médio de tramitação dos processos diminuiu de 36 para 18 meses, e um em cada quatro casos analisados é resolvido em apenas meio ano

O Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN) tem papel fundamental na garantia da saúde do setor financeiro nacional. Afinal, este é o órgão que julga recursos de decisões da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), do Banco Central do Brasil (BCB) e do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF). Durante anos, porém, uma de suas principais dificuldades foi funcionar com a celeridade necessária.

É composto por conselheiros titulares e suplentes, que são designados pelo Ministro de Estado da Fazenda e exercem mandato de três anos, renovável até duas vezes – ou seja, o conselheiro pode ficar, no máximo, até nove anos consecutivos dentro do órgão.

No total, são 16 conselheiros, sendo oito membros (quatro titulares e respectivos suplentes) indicados pelo governo, e oito (quatro titulares e respectivos suplentes) indicados por entidades representativas dos mercados financeiro e de capitais. Atualmente, o Ibracon é suplente deste segundo grupo.

“A primeira mudança importante para corrigir a demora veio em fevereiro de 2016, quando uma mudança no regimento interno permitiu que, em vez de todos os recursos passarem pela Procuradoria antes de seguirem para o Conselho, começassem a vir

diretamente para nós”, comenta Francisco Papellás Filho, representante do Ibracon no CRSFN até agosto último. “A partir dessa mudança, os processos e recursos começaram a ir para a Procuradoria apenas quando o relator julgasse isso necessário, o que fez abreviar bastante o tempo despendido com análises”, esclarece.



Foto: arquivo pessoal

Francisco Papellás Filho

Outro passo fundamental que, segundo Papellás, permitiu abreviar os trâmites foi a redistribuição do estoque de processos promovidos pela presidente do CRSFN, Ana Maria Melo Netto. “Em março de 2016, ela entregou um lote de processos a cada conselheiro e a cada suplente”, ele recorda. “Eu mesmo fiquei com um lote de mais de 40 processos para analisar. Isso permitiu que o Ibracon, apesar de ser suplente, passasse a exercer um papel mais relevante”.

O resultado desse esforço coletivo, aliado à automação crescente, foi que, com uma estrutura pra lá de enxuta – seu orçamento é modesto e sequer conta com sede própria –, e a entidade, ou “Conselhinho”, como é conhecido, reduziu de três anos para 18 meses o tempo médio de tramitação dos processos.

Mas há casos em que a resposta é dada em tempo ainda menor: um em cada quatro processos é julgado em menos de seis meses.

NOVO DESAFIO

Um novo desafio a ser enfrentado pelo CRSFN é o efeito que será trazido pela Lei nº 13.506/17, promulgada em novembro de 2017. Além de alterar o processo administrativo que determina sanções sobre o mercado de capitais, a nova lei aumentou significativamente as multas que podem ser aplicadas pela CVM (hoje, de até R\$ 50 milhões, contra o teto de R\$ 500 mil previsto anteriormente) e pelo Banco Central (atualmente, o valor pode chegar a R\$ 2 bilhões, contra o teto de R\$ 250 mil estabelecido antes). Com multas maiores, quem sofre qualquer penalização prefere recorrer

ao “Conselhinho” e tentar reverter a sanção.

A rigidez da nova lei exige muito dos conselheiros: a instrução dos casos deve ficar mais robusta e as decisões, que sempre foram tecnicamente bem estruturadas, deverão aprimorar-se ainda mais.

A lei também fornece instrumentos importantes para os órgãos de primeira instância, como a possibilidade de fazer acordo em processos e termos de compromisso e possui um caráter educativo muito importante: a mera possibilidade de sanção, mediante multas tão altas, já tende a estimular as empresas a investirem em *compliance*. ✓



Giro pelas Regionais

2ª Seção Regional

Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Recife



Foto: Ibracon

3ª Conferência em Pernambuco

A 2ª Seção Regional realizou, em Recife (PE), a 3ª Conferência de Contabilidade e Auditoria Independente, que apresentou os principais temas abordados na 8ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente, do Ibracon.

2ª Regional participa de reunião da CEPC

Marcelo Galvão Guerra, presidente da 2ª Seção Regional participou da reunião da Comissão de Educação Profissional Continuada (CEPC), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Além de analisar os processos de EPC, a reunião tratou também da revisão da NBC PG 12 (R3), a Norma Brasileira de Contabilidade que rege o Programa de Educação Profissional Continuada do Sistema CFC/CRCs.

3ª Seção Regional

Rio de Janeiro e Espírito Santo



Foto: Ibracon

Prêmio Transparência

Os alunos de Ciências Contábeis da Universidade Federal Fluminense (UFF) participaram da palestra promovida pela 3ª Seção Regional com o objetivo de compartilhar informações da atuação do Ibracon e da atividade de Auditoria independente. Bernardo Moreira, diretor Técnico da 3ª SR, e a diretora Beatriz Moraes aproveitaram para apresentar o Prêmio Transparência Universitário do Ibracon, que está em sua 8ª edição.

5º Painel de Auditoria e Contabilidade

A 3ª Seção Regional realizou o 5º Painel de Auditoria e Contabilidade, no Rio de Janeiro, levando aos profissionais da região temas como relatórios de auditoria, o impacto dos riscos cibernéticos no mundo corporativo e o futuro da profissão. O painel ajudou a difundir os temas apresentados na 8ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente, do Ibracon, realizada em junho, em São Paulo.

Impactos da revolução tecnológica

A 3ª Seção Regional promoveu café da manhã seguido de palestra sobre “Impactos da revolução tecnológica nos serviços contábeis e de auditoria”.

Paulo Buzzi Filho, presidente da 3ª SR, abordou as principais atividades do Ibracon e destacou a importância da participação dos profissionais nos eventos promovidos pela Regional.

4ª Seção Regional

Minas Gerais, Distrito Federal, Tocantins e Goiás



Foto: CRCMG

Fórum promovido pelo CRCMG

Paulo Cezar Santana, presidente da 4ª Seção Regional, fez palestra no fórum promovido pelo Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais (CRCMG), com o apoio da Comissão Especial de Estudos Técnicos sobre IFRS.

5ª Seção Regional

São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

Reunião da CEPC

Marco Fabbri, diretor de Desenvolvimento Profissional da 5ª Seção Regional, participou da reunião da Comissão de Educação Profissional Continuada (CEPC), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).



Foto: Sindcomt-SP

Convecon e Summit Contábil

Valdir Campos Costa, diretor da 5ª SR, representou o Instituto no lançamento da 26ª Convenção dos Profissionais da Contabilidade do Estado de São Paulo (Convecon) e do Summit Contábil.

Organizado pelo CRCSP, o Summit Contábil terá seis edições, uma em 12 de dezembro de 2018, em Guarulhos, e cinco em 2019: a 26ª Convecon acontecerá entre os dias 4 e 6 de novembro de 2019.



Foto: Câmara Municipal de São Carlos

Contabilista do ano em São Carlos

Luiz Claudio Gaona Granados, diretor da 5ª Seção Regional, participou da solenidade realizada na Câmara Municipal de São Carlos para entrega do título de “Contabilista do Ano de 2018” ao contador Rui Celso Guimarães, eleito pela Associação dos Contabilistas de São Carlos (ACOSC).

Seminário Internacional do CPC

Marco Fabbri, diretor de Desenvolvimento Profissional da 5ª Regional, participou do XV Seminário Internacional do CPC – Normas Contábeis. Organizado pela Fundação de Apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis (FACPC), o XV Seminário Internacional do CPC contou com o apoio do Ibracon, uma das entidades que compõem o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

O Seminário proporcionou uma visão do atual estágio de adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) no Brasil.

Palestra Senac



Foto: Ibracon

Vivieni Bauer, diretora de Administração e Finanças da 5ª SR, realizou palestra para os alunos que participaram dos Jogos Contábeis do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis do Centro Universitário Senac, Santo Amaro.

Pelo 3º ano consecutivo, o Ibracon patrocinou os Jogos Contábeis, cuja etapa final foi realizada em novembro, em São Paulo.

Os vencedores da edição participarão da 9ª Conferência de Contabilidade e Auditoria Independente do Ibracon, que será realizada nos dias 10 e 11 de junho de 2019.



Foto: Sescon-SP

Outubro Rosa

Vivieni de Paula Bauer, diretora de Administração e Finanças da 5ª SR, participou da campanha Outubro Rosa, do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo (Sescon-SP) e da Associação das Empresas de Serviços Contábeis do Estado de São Paulo (Aescon-SP), em parceria com o Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (CRCSP) e o Sindicato dos Contabilistas de São Paulo (Sindcont-SP).

6ª Seção Regional

Rio Grande do Sul e Santa Catarina



Foto: CRCRS

Revisão da Educação Continuada

Paulo Alaniz, presidente da 6ª Seção Regional, representou o Ibracon no debate sobre Alterações da Revisão NBC PG 12 (R4), promovido pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRCRS), com a participação de representantes contábeis do estado.

Inovação Tecnológica em Auditoria

Com o apoio da 6ª Seção Regional do Ibracon, o Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRCRS) realizou o Fórum de Tecnologia da Informação e de Auditoria Independente. Inovação Tecnológica em Auditoria, na sede do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio Grande do Sul (Sescon-RS), em Porto Alegre.

9ª Seção Regional

Bahia



Foto: CRCBA

Encontro de Ciências Contábeis na Bahia

Leandro Ardito, diretor Técnico da 9ª Seção Regional, prestigiou o Encontro de Coordenadores e Professores de Ciências Contábeis da Bahia, promovido pelo Conselho Regional de Contabilidade da Bahia (CRCBA), tendo como tema “Os Desafios da Educação Contábil em um Mundo Digital e Sustentável”.

Para informações detalhadas, acesse o Portal Ibracon: www.ibracon.com.br

Conheça as firmas de auditoria associadas ao Ibracon

Alagoas

Convicta Auditores Independentes S/S
Maceió, AL / Tel: (82) 3336-5479

Amazonas

Baker Tilly Brasil Norte S/S –
Auditores Independentes – EPP
Manaus, AM / Tel: (92) 3232-6046

Bahia

Audicont – Auditores e Consultores S/C
Salvador, BA / Tel: (71) 3341-8977

Ceará

Controller Auditoria e
Assessoria Contábil S/C
Fortaleza, CE / Tel: (85) 3208-2700

Distrito Federal

Alianzo Auditoria e Consultoria S/S Eireli
Brasília, DF / Tel: (62) 3087-0713

Ápice Contábil – Auditores
Independentes S/S Ltda
Brasília, DF / Tel: (61) 3346-0667

Audiger Auditores e Consultores
Brasília, DF / Tel: (61) 3328-2628

Global Auditores Independentes S/C
Brasília, DF / Tel: (61) 3224-5494

Itecon Instituto Técnico de
Consultoria e Auditoria
Brasília, DF / Tel: (61) 3224-7799

Goiás

Alianzo Auditoria e Consultoria S/S
Goiânia, GO / Tel: (62) 3087-0713

Masters Auditores Independentes S/C
Goiânia, GO / Tel: (62) 3224-6116

Minas Gerais

ADPM – Administração Pública
Para Municípios Ltda
Belo Horizonte, MG / Tel: (31) 2102-3711

Baker Tilly Brasil MG Auditores
Independentes
Belo Horizonte, MG / Tel: (31) 3118-7800

Castro, Serra, Nirdo Auditores
Independentes
Belo Horizonte, MG / Tel: (31) 3226-6286

Fernando Motta e Associados
Auditoria Independente
Belo Horizonte, MG / Tel: (31) 3221-3500

Nexia Teixeira Auditores
Belo Horizonte, MG / Tel: (31) 3282-9939

Orplan Auditores Independentes
Belo Horizonte, MG / Tel: (31) 3115-1400

Paraná

Bazzaneze & Auditores Independentes S/S
Curitiba, PR / Tel: (41) 3322-9098

CPN Auditores Independentes S/S
Curitiba, PR / Tel: (41) 3222-0048

Muller & Prei Auditores Independentes S/S
Curitiba, PR / Tel: (41) 3078-9990

Pernambuco

ARC & Associados Auditores
Independentes S/C
Recife, PE / Tel: (81) 3035-6500

Chronus Auditores Independentes
Recife, PE / Tel: (81) 3231-6563

Directivos Auditores Independentes
Recife, PE / Tel: (81) 3325-2251

Ferreira & Associados Auditores Independentes
Jaboatão dos Guararapes, PE
Tel: (81) 3453-5553

Guimarães & Associados Aud. e Cons. S/C
Recife, PE / Tel: (81) 3465-0762

PHF Auditores Independentes
Recife, PE / Tel: (81) 3467-4565

Referencial Auditores e Consultores S/S
Recife, PE / Tel: (81) 3421-9001

SA Leitão Auditores S/C
Recife, PE / Tel: (81) 3366-9922

100Porcento Auditores Independentes S/S
Recife, PE / Tel: (81) 3242-2406

Rio de Janeiro

Acal – Auditores Independentes S/S
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2159-8801

Advance Auditores Independentes S/S
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2262-3047

BKR Lopes, Machado Auditores e Consultores
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2156-5800

Critério Auditores e Consultores
Associados S/C
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2233-0977

Crowe Horwath Bendoraytes e
Cia Auditores Independentes
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 3385-4662

Indep Auditores Independentes S/C
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2263-5189

LMPG Auditores Independentes
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2524-0345

Loudon Blomquist Auditores Independentes
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2509-8658

Opinião Auditores Independentes
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2223-2785

Walter Heuer Auditores Independentes
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2240-1332

Rio Grande do Sul

Arruda & Matos Auditores Associados S/S
Porto Alegre, RS / Tel: (51) 3072-5282

Maciel Auditores S/S EPP
Porto Alegre, RS / Tel: (51) 3037-5034

UHY Moreira Auditores
Porto Alegre, RS / Tel: (51) 3210-8000

Santa Catarina

Berkan Auditores Independentes
Blumenau, SC / Tel: (47) 3035-2668

Martinelli Auditores
Joinville, SC / Tel: (47) 2101-1900

Sergipe

A Priori Auditores Independentes S/S
Aracaju, SE / Tel: (79) 3011-5005

Ricarte Contabilidade S/C LTDA
Aracaju, SE / Tel: (79) 2106-3800

São Paulo

4partners Auditores Independentes S/S
São Paulo, SP / Tel: (11) 5102-2510

Alonso Barreto e Cia Auditores
Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 3255-8310

Andreoli e Associados
Auditores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 5052-6250

Ápice Auditores Independentes Ltda.
São Paulo, SP / Tel: (11) 3171-2727

Apply Auditores Associados
Santos, SP / Tel: (13) 3228-2700

Approach Auditores Independentes
Presidente Prudente, SP / Tel: (18) 3916-5185

Assessor Bordin Consultores
Empresariais Ltda
São Paulo, SP / Tel: (11) 3526-7346

Atac Auditores Independentes S/S
Santos, SP / Tel: (13) 3221-8879

Athros Auditoria e Consultoria
São Caetano, SP / Tel: (11) 4435-7302

Attest Auditores Independentes
Ribeirão Preto, SP / Tel: (16) 3237-3534

Audilink e Cia Auditores Ltda
São Paulo, SP / Tel: (11) 3819-2207

As firmas estão listadas por Estado, considerando a jurisdição de associação, que pode ser feita em mais de uma Seção Regional do Ibracon. A identificação do Estado não significa a área geográfica de atuação, informação que deve ser consultada diretamente com a firma selecionada. O Ibracon não é uma instituição certificadora de seus associados.

Audiesp Auditoria e Consultoria S/S
Campinas, SP / Tel: (19) 3255-7966

Audisa Auditores Associados
Santana de Parnaíba, SP / Tel: (11) 3661-9933

Auditora Brasileira S/S
Limeira, SP / Tel: (19) 3701-4718

Azevedo Auditoria e Assessoria Contábil Ltda.
Araçatuba, SP / Tel: (18) 3117-4500

BDO RCS
São Paulo, SP / Tel: (11) 3848-5880

BKR Lopes, Machado Auditores e Consultores
São Paulo, SP / Tel: (11) 5041-4610

BLB Auditores Independentes
Ribeirão Preto, SP / Tel: (16) 3941-5999

Caud Auditores Independentes S/S
São Paulo, SP / Tel: (11) 9.8609-7089

Cokinos & Associados Auditores Independentes S/S
São Paulo, SP / Tel: (11) 5085-0280

Conaud Auditores Independentes S/C
Ribeirão Preto, SP / Tel: (16) 3931-1718

Confiance Auditores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 5044-0683

Consulcamp Auditoria e Assessoria
Campinas, SP / Tel: (19) 3231-0399

Cotrin e Associados Auditores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 3062-9185

Crowe Horwath Macro Auditores Independentes S/S
São Paulo, SP / Tel: (11) 5632-3733

De Biasi Auditores Independentes
São José dos Campos, SP / Tel: (12) 2138-6000

Deloitte
São Paulo, SP / Tel: (11) 5186-1000

EY
São Paulo, SP / Tel: (11) 2573-3000

Exame Auditores Independentes
Nova Ribeirânia, SP / Tel: (16) 3514-5300

Fabbri Auditores
São Paulo, SP / Tel: (11) 3141-0398

Factual Auditores Independentes
Ribeirão Preto, SP / Tel: (16) 3877-6569

Galloro e Associados Auditores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 3255-0555

Geasc – Auditoria, Assessoria e Serviços Contábeis Ltda.
São Paulo, SP / Tel: (11) 2272-3501

Grant Thornton Auditores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 3886-5100

Hirashima & Associados Auditores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 5102-0007

Irmãos Campos e Cerbocini Auditores Associados
São Paulo, SP / Tel: (11) 3675-1228

JDM Auditores e Consultores S/C
São Paulo, SP / Tel: (11) 3872-1995

KPMG
São Paulo, SP / Tel: (11) 3940-1500

KSI Brasil Auditores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 3218-7795

LCC Auditores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 3798-3313

LM Auditores Associados
São Paulo, SP / Tel: (11) 5572-3962

Lopes Auditoria e Contab. Ltda.
Piracicaba, SP / Tel: (19) 3434-3659

Magalhaes Andrade Auditores Independentes S/S
São Paulo, SP / Tel: (11) 3814-3377

MAP Auditores Independentes EPP
São Paulo, SP / Tel: (11) 3288-9191

Mazars Auditores Independentes S/S
São Paulo, SP / Tel: (11) 3524-4500

Moore Stephens Lima Luchesi Auditores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 5561-2230

Moore Stephens Prisma Auditoria e Consultoria
Ribeirão Preto, SP / Tel: (16) 3019-7900

Nara-Koiseki Auditores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 5572-4156

Opinion Auditores e Consultores S/C
São Paulo, SP / Tel: (11) 3256-4864

Padiani Auditores Independentes S/S
Boituva, SP / Tel: (15) 3263-1798

Padrão Auditoria S/S
São Paulo-SP / Tel: (11) 5080-5855

Partnership Auditores e Consultores S/S
São Paulo, SP / Tel: (11) 3541-2992

Pemom Auditores Independentes S/S
São Paulo, SP / Tel: (11) 2619-0500

Peppe Associados Consultores e Auditores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 5531-9975

PGBR Rodyo's Auditores Independentes S/S
São Paulo, SP / Tel: (11) 5082-1688

PKF Brazil Auditores e Consultores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 3070-1000

PP&C Auditores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 3883-1600

PwC
São Paulo, SP / Tel: (11) 3674-2000

Rengi Trevor Auditores Independentes S/S
São Paulo, SP / Tel: (11) 2129-8980

RM Auditoria Contabil – S/S
Santos, SP / Tel: (13) 3222-5848

Rodl e Partner Auditores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 5094-6060

RSM Brasil CCA Continuity Auditores Independentes S/S
São Paulo, SP / Tel: (11) 2613-0293

Sacho Auditores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 2796-2977

SGS Auditores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 3862-1844

Simionato Auditores Independentes
Campinas, SP / Tel: (19) 3255-8040

Taticca Auditores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 3062-3000

Triade Auditores e Consultores
São Paulo, SP / Tel: (11) 3079-3022

Units Auditores e Consultores S/C
São Paulo, SP / Tel: (11) 5102-3793

Unity Auditores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 2869-8358

Upwards Auditores Independentes S/S EPP
São Paulo, SP / Tel: (11) 5503-6588

Base: dezembro/18



A Revista Transparência é uma publicação trimestral do Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

Tiragem: 3.500 exemplares

Rua Maestro Cardim, 1.170, 9º and.
CEP 01323-001
Bela Vista, São Paulo, SP
Tel: 55 (11) 3372-1223
www.ibracon.com.br
revistatransparencia@ibracon.com.br

IBRACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Eduardo Augusto Rocha Pocetti

Secretário

Charles Kriek

Membros

Alexandre De Labetta Filho
Altair Tadeu Rossato
Carlos Augusto Pires
Eduardo Camillo Pachikoski
Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna
José Vital Pessoa Monteiro Filho
Luiz Sergio Vieira Filho
Marco Aurelio de Castro e Melo
Paolo Giuseppe Lima de Araújo
Paulo Buzzi Filho
Paulo Ricardo Pinto Alaniz
Paulo César Santana
Raul Correa da Silva
Rogério Costa Rokembach
Shirley Nara Santos Silva

DIRETORIA NACIONAL

Presidente

Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna

Diretor Técnico

Rogério Hernandez Garcia

Diretor de Administração e Finanças

Francisco de Paula dos Reis Júnior

Diretor de Desenvolvimento Profissional

Tadeu Cendón Ferreira

Diretor de Comunicação

Clinton Leandro Fernandes

Diretora de FAPMP

Monica Foerster

Superintendente

Marco Aurelio Fuchida

CONSELHO EDITORIAL

Adelino Dias Pinho
Alfried Plöger
Clinton Leandro Fernandes
Fabio Cajazeira
Fábio Moraes da Costa
Fernanda Queiroz Rivelli
Marco Aurelio Fuchida
Renato Souza
Wellington Rocha

Colaboração

Shirlei Liberal Nogueira Lima

SEDE NACIONAL

Ibracon - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
Rua Maestro Cardim, 1170, 9º andar
01323-001, Bela Vista, São Paulo, SP
Fone: 55 (11) 3372-1223
www.ibracon.com.br

SEÇÕES REGIONAIS

1ª Seção Regional

Rua Azevedo Bolão, 28
60450-675, Fortaleza, CE
Fone/fax: (85) 98833-4414
ibraconprimeira@ibracon.com.br

2ª Seção Regional

Rua José Aderval Chaves, 78, sl. 405
51111-030, Recife, PE
Fone: (81) 3327-1174, (81) 99191-0311
ibraconsegunda@ibracon.com.br

3ª Seção Regional

Av. Passos, 101, cj 504
20051-040, Rio de Janeiro, RJ
Fone/Fax: (21) 2233-5833,
(21) 2233-5917, (21) 2233-5357
ibraconterceira@ibraconterceira.com.br

4ª Seção Regional

Rua Santa Catarina, 1630,
sl. 104/105
30170-081, Belo Horizonte, MG
Fone: (31) 3275-3070
ibraconquarta@ibracon.com.br

5ª Seção Regional

Rua Maestro Cardim, 1170,
9º andar
01323-001, São Paulo, SP
Fone: (11) 3372-1223
ibraconquinta@ibracon.com.br

6ª Seção Regional

Rua dos Andradas, 718, cj. 402
90020-004, Porto Alegre, RS
Fone: (51) 3228-3140
ibraconsexta@ibracon.com.br

9ª Seção Regional

Rua Methódio Coelho, 91
Ed. Prado Empresarial, sl. 607
40279-120, Salvador, BA
Fone: (71) 3353-2126
ibraconnona@ibracon.com.br

EXLibris
1998 comunicação integrada

Av. Paulista, 509, cj. 602
01311-000 São Paulo SP
Tel: (11) 3266-6088
contato@libris.com.br
www.libris.com.br

Jornalista Responsável:

Jayme Brener (MTb 19.289)

Editora-chefe:

Geralda Privatti

Redação:

Cláudio Camargo
Sílvia Lakatos

Projeto gráfico e Edição de arte:

Cesar Mangiacavalli

Impressão:

Nywgraf

Ser inovador transforma negócios.

**A KPMG no Brasil
agora é a sua fonte
diária de informação**



Baixe o App **KPMG Brasil** ou acesse
kpmgbrasil.com.br

#serinovadortransformanegocios

Conteúdo que
assinamos embaixo.



TREVISAN ESCOLA DE NEGÓCIOS

35 ANOS ALÉM DA FRONTEIRA DO CONHECIMENTO

A **Trevisan Escola de Negócios** é a única instituição de ensino superior criada a partir de uma grande empresa de consultoria.

Há 35 anos, esse DNA corporativo



EAD TREVISAN

Nesse mesmo conceito que une qualidade e tradição, oferecemos o curso de Ciências Contábeis a distância (EAD), possibilitando você estudar de onde estiver e no horário que puder.

A mesma excelência encontrada nas salas de aula, agora em um ambiente virtual.

DIFERENCIAIS TREVISAN

- ✓ Nota **MÁXIMA** no ENADE/MEC.
- ✓ 5 estrelas na edição do Guia do Estudante 2015 em Ciências Contábeis.
- ✓ Parceria integrada com as principais empresas de auditoria do mundo.
- ✓ Alto índice de aprovação dos alunos no Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).
- ✓ Alto índice de empregabilidade entre alunos e ex-alunos.

gestores de destaque no mercado, por meio de uma metodologia de ensino que visa à formação e ao desenvolvimento de profissionais que geram resultados efetivos nas organizações e na sociedade.

SÃO PAULO

GRADUAÇÃO

Administração

Ciências Contábeis

Ciências Contábeis (EAD)

PÓS-GRADUAÇÃO

Escrita Fiscal

Gestão de Perícia Contábil

Normas Brasileiras de Contabilidade e IFRS

Gestão Estratégica de Negócios

Gestão de Processos e Auditoria

Gestão Atuarial e Contábil

Gestão de Projetos

MBA

Gestão de Riscos e Compliance

Gestão de Marketing Esportivo

Gestão Financeira e Controladoria

Gestão Tributária

▶ Entre em contato e consulte os descontos especiais para associados IBDEE.

trevisan.edu.br

